

PROPOSIÇÃO Nº 017/12 - PEC

Nº: 001/12



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 27 MAR. 2012

1º Secretário

Palácio Iguaçu – Curitiba, 19 de março de 2012
OF CEE/G 059/12

I – À DAP para leitura no expediente
II – A D L para providências.

Em, 27/03/2012

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a presente Mensagem relativa à proposta de Emenda Constitucional, visando alterar o art. 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

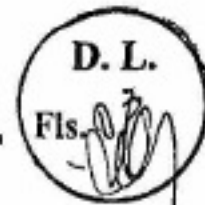
Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JC

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Saete, s/n | Centro Cívico | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br

Deputado 26/03/12



MENSAGEM N.º 007 /2012

Curitiba, 19 de março de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, nos termos do preceito contido no art. 64, inciso II, da Constituição Estadual, para ser apreciada por esse Poder Legislativo, a presente proposta de Emenda Constitucional, visando alterar o art. 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da referida Carta.

A RTVE é uma instituição que se ocupa de criar, produzir e divulgar conteúdos de interesse do cidadão e do Estado do Paraná, por meio de emissoras públicas de rádio e televisão. Desenvolve, portanto, atividades de **comunicação**. Assim, entende-se que fique melhor situada no organograma do Estado na área de competência da SECS do que de qualquer outra Secretaria de Estado.

Na estrutura organizacional do Estado, cabe à Secretaria de Estado da Comunicação Social – SECS definir as estratégias e meios necessários para levar à sociedade informações de utilidade pública, sobre serviços prestados pelo Estado e relativas à transparência, um dos atributos da gestão pública. Esta é uma tarefa que tem total interseção com o papel do sistema público de rádio e televisão. Portanto, é natural – e produtivo – que as duas estruturas estejam organicamente ligadas.

Com suas atividades vinculadas à SECS, a RTVE estará inserida em um ambiente de comunicação mais amplo, do qual participa um grande elenco de atores:

- o corpo de profissionais de comunicação da própria SECS, presente em todas as Secretarias de Estado, poderá criar um trânsito mais fluente de informações relevantes para a RTVE levar ao conhecimento do seu público;

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

- as emissoras particulares de rádio e televisão situadas no Paraná, meios constantemente utilizados pela SECS para dar transparência aos atos do Governo do Estado, estarão mais próximas à RTVE, facilitando a formação de parcerias estratégicas para a produção de conteúdos artísticos e jornalísticos de rádio e televisão;

- as agências de publicidade licitadas pela SECS para prestar serviços de comunicação para o Governo do Estado poderão desempenhar um papel muito importante na criação de conteúdos de caráter educativo exclusivamente para a RTVE, tornando mais atraentes e eficazes as suas programações de rádio e televisão;

- as produtoras independentes de rádio e televisão, tradicionalmente utilizadas pelas agências de publicidade como fornecedoras de peças e campanhas publicitárias, serão estimuladas pela SECS a produzir conteúdos específicos para a RTVE, valorizando o mercado artístico estadual e aprimorando a grade das emissoras públicas de rádio e TV.

Dessa forma, a mudança para a SECS possibilitará à RTVE o cumprimento de um compromisso fundamental para a continuidade de sua operação.

O parque tecnológico da RTVE não opera com eficiência. O estado de sucateamento dos equipamentos é notório, a maioria deles está com a vida útil esgotada ou em seu limite de uso.

Em virtude dessa situação, em 2011, a Diretoria da RTVE elaborou edital de licitação para adquirir um sistema de tecnologia mais adequado à natureza do trabalho artístico e jornalístico produzido pelas emissoras de rádio e televisão. Embora pronto, o edital aguarda o aporte de recursos para ser lançado.

Trata-se, na verdade, de um processo de migração do atual sistema de transmissão analógico para o digital. No governo anterior, a RTVE havia firmado com o Ministério das Comunicações um compromisso de digitalizar o seu sistema até dezembro de 2011.

A falta de recursos orçamentários não permitiu que esse prazo fosse cumprido. Por esse motivo, a RTVE protocolou junto ao Ministério das Comunicações, ainda em 2011, um ofício solicitando a dilação deste prazo para dezembro de 2012.

A SECS dispõe dos recursos financeiros necessários para realizar, no decorrer deste ano, o salto tecnológico que permitirá à RTVE cumprir o prazo solicitado e operar com um nível superior de qualidade técnica.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

A defesa de orçamentos mais reforçados para a TV pública é um dos princípios que regem a Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais – ABEPEC. A Instituição advoga a integridade e independência das emissoras, e destaca a necessidade de "mecanismos de gestão que garantam a viabilidade técnica e financeira da emissora para exercer, com regularidade e eficiência, sua função educativa, cultural e informativa a serviço do homem e da sociedade brasileira."

1. Para ampliar a área de cobertura dos meios da RTVE

Ao mudar para a SECS, a RTVE contará com os recursos orçamentários indispensáveis para ampliar a potência e melhorar a qualidade de som de suas duas emissoras de rádio e, também, para cobrir todo o território paranaense com o sinal da sua emissora de TV.

Dotadas de novos transmissores, as emissoras de rádio passarão a alcançar Curitiba, todos os municípios da Região Metropolitana, o Litoral e a região dos Campos Gerais.

Com uma nova rede de repetidoras, própria para retransmissão do sinal digital, a emissora de televisão estará presente, no ar, em todos os municípios do Estado, e continuará a enviar o sinal para o Brasil e outros países da América Latina via satélite.

2. Para a RTVE cumprir melhor a sua missão básica

Subordinada à SECS, a RTVE poderá, até o final da atual gestão, reunir todas as condições para melhor cumprir os seus objetivos.

A mudança proposta terá um impacto positivo sobre todos os aspectos da organização. A RTVE passará a contar com uma estrutura mais condizente com as atividades que deve realizar. Terá à disposição os mecanismos de funcionamento necessários para realizar a sua missão institucional. Conterá com um corpo profissional melhor capacitado para o desempenho de suas funções e poderá prestar um serviço muito mais eficiente em benefício do Paraná e dos paranaenses.

Por fim, importante ressaltar que essa mudança não altera, mas torna muito mais factível, a missão básica da RTVE:

- Dar transparência aos atos do Governo;
- Reforçar, na população do Estado, o sentimento de orgulho de ser paranaense;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

- Valorizar os produtos e promover os eventos culturais de qualidade realizados no Paraná;
- Contribuir efetivamente no processo de educação para a cidadania.

Assim, entendo que, para melhor cumprir a missão e os objetivos da Rádio e Televisão Educativa do Paraná, essa Casa de Leis poderá aprovar e promulgar Emenda ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual, dando nova redação ao artigo 24, com o seguinte teor:

"Art. 24. A Rádio e Televisão Educativa do Paraná – RTVE, manterá seu caráter educativo e cultural, com a prioridade de sua programação à produção e à difusão dos valores culturais paranaenses, estando vinculada à Secretaria de Estado da Comunicação Social – SECS."

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

D. L.
Fls. 08

Cleiton Kielce, Dr. Batista, Duílio Genari, Elton Welzer, Enio Veni, Fernando Scarsavaca, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hermano Brandão Júnior, Jonas Guimarães, Luciano Rafagáin, Luiz Azeite, Luiz Eduardo Chelida, Marcelo Rangel, Maria Tereza, Nelson Justo, Nelson Lucena, Nereu Moura, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lapina, Raula Rodrigues, Raul Pereira, Rose Lito, Stephanos Júnior, Tadeu Venari, Tereza Kato e Toninho Wanderschoor (35 Deputados). Não votaram: Augustinho Zucchi, Bernardo Ribas Carli, César Quintana, Douglas Fabrício, Elton Raula, Evandro Júnior, Francisco Bührer, Ney Leprevost, Professor Lemos e Waldyr Pugliesi (10 Deputados).]

ITEM 01 - Discussão Única do Veto nº 003/12, apósto ao Projeto de Lei nº 389/11, de autoria do Deputado André Bueno, que disciplina a venda eletrônica de produtos e serviços através da sites de compra coletiva para internet e estabelece critérios de funcionamento para essas empresas no Estado do Paraná. Com relatório da CCJ, considerando o veto em condições de ser apreciado pelo plenário. Em discussão.

DEPUTADO ANDRÉ BUENO (PDT) (Para Encaminhar): Esse é um projeto que foi amplamente debatido aqui, na Casa. Começou no ano passado, transitou por todas as Comissões, passou pela Comissão de Indústria e Comércio, pela Comissão de Defesa do Consumidor, transitou na CCJ, fizemos uma oitiva ouvindo as empresas, empresários, consumidores lesados. Este projeto trata de um assunto muito sério no nosso País. Tem crescido muito a compra nos sites de compra coletiva. Para se ter uma noção, no ano passado chegamos ao número de 1 bilhão de comercializações. E na mesma proporção que crescem as compras, crescem as reclamações. No ano de 2010 tivemos o número de 7 mil reclamações. Já em 2011 atingimos o número de 45 mil reclamações no Procon. É uma modalidade nova, recente no Brasil, tem sido considerada uma ferramenta moderna de compra, mas tem sido um grande problema para os consumidores lesados. Alguns Estados já avançaram, o Rio de Janeiro já começou a exigir que essas sites de compra precisem ter um telefone gratuito para o consumidor ligar reclamando. O nosso projeto prevê isso, ele exige que a empresa seja certificada no Estado do Paraná, que tenha um telefone 0800, um telefone gratuito, que possa atender o consumidor com um endereço físico. Queris pedir a todos os Deputados e agradecer. Acho que a Liderança do Governo não faz nenhuma objeção contra o encaminhamento. E dizer que o projeto é importante para o Estado do Paraná. Alguns Estados já estão avançando. É um projeto bom para o Governo, para os Deputados, porque passou por todos os Deputados e pelas Comissões na Casa. É um projeto que ajudará muito ao encaminhamento, no respeito, nas compras, no respeito ao consumidor paranaense. Foco encarecidamente aos Deputados que participaram da oitiva, que acompanharam este projeto, que possam votar 'não' ao veto.

DEPUTADO PARANHOS (PSC) (Para Encaminhar): Sr. Presidente, quero também encaminhar favoravelmente. Como Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, temos recebido muitas reclamações deste modo de compra que o país adota. Um formato bom, ajuda na facilidade de comprar, mas algumas empresas não têm cumprido aquilo que determina o Código de Defesa do Consumidor. É um projeto bom, passou pela Comissão de Defesa do Consumidor e queris pedir aos nossos Deputados do Bloco e, também, aos demais Deputados, que votem contrariamente ao veto.

Sr. PRESIDENTE (Deputado Valdir Resendi - PSD): Não havendo mais quem queira encaminhar, vamos proceder à votação do veto. Deputados favoráveis ao veto, sim. Deputados contrários ao veto, não. Votando. **Relatório e Veto.** [Votaram 'sim': Ademir Tralero, Francisco Bührer e Marcelo Rangel (3) Deputados). Votaram 'não': Adelson Ribeiro, Ademir Bier, Alexandre Cori, André Bueno, Antônio Neto, Bernardo Ribas Carli, César Quintana, César Silvestri Filho, Cleiton Kielce, Dr. Batista Duílio Genari, Elton Raula, Elton Welzer, Enio Veni, Fernando Scarsavaca, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hermano Brandão Júnior, Jonas Guimarães, Luciano Rafagáin, Luiz Azeite, Luiz Eduardo Chelida, Maria Tereza, Nelson Justo, Nelson Lucena, Nereu Moura, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lapina, Raula Rodrigues, Raul Pereira, Rose Lito, Stephanos Júnior, Tadeu Venari, Tereza Kato e Waldyr Pugliesi (36 Deputados). Não votaram: Augustinho Zucchi, Douglas Fabrício, Evandro Júnior, Ney Leprevost, Professor Lemos e Toninho Wanderschoor (06 Deputados).] Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a Sessão, marcando-se outra para segunda-feira, dia 02 de abril, à hora regular, com a seguinte Ordem do Dia: Discussão Única do Veto nº 004/12, apósto ao Projeto de Lei nº 718/11; Redação Final dos Projetos de Lei nºs 196 e 570/11; 2ª Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 386/11 e dos Projetos de Lei nºs 588, 601, 870 e 912/11; 1ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 396, 637, 935/11, 065 e 066/12; Discussão Única do Recurso ao Plenário nº 002/12. "Levantado e arquivado". [Sessão encerrada às 17h25, tendo sido levada a presente Ata, para fins de publicação e encaminhamento ao disposto no Art. 113 do Regimento Interno. Ao longo da Sessão foram registradas as seguintes presenças: I. A pedido do Deputado Raul Pereira, do Município Aguilhão Luiz Chichetti, do Município de Roncador; II. A pedido do Deputado Ademir Bier, dos Vereadores João Leifer, Pedrinho Tonelli, Cleonice Fossati e Solange Ferreira, todos do Município de Quatro Pontas; III. A pedido do Deputado Elton Raula, do Prefeito Nelson Brum, do Município de São José das Palmeiras e do Vereador Nelson Fernandes, do Município de Missal.]

Processo Legislativo

Comissão Executiva

(Publicação para fins de encaminhamento ao que dispõe o Art. 190 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa)

MENSAGEM Nº 07/2012

Curitiba, 19 de março de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, nos termos do preceito contido no art. 64, inciso II, da Constituição Estadual, para ser apreciada por esse Poder Legislativo, a presente proposta de Emenda Constitucional, visando alterar o art. 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da referida Carta.

ARTVE é uma instituição que se ocupa de criar, produzir e divulgar conteúdos de interesse do cidadão e do Estado do Paraná, por meio de emissoras públicas de rádio e televisão. Desenvolve, portanto, atividades de comunicação. Assim, entende-se que fique melhor situada no organograma do Estado em área de competência da SECS do que de qualquer outra Secretaria de Estado.

Na estrutura organizacional do Estado, cabe à Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECS definir as estratégias e meios necessários para levar à sociedade informações de utilidade pública, sobre serviços prestados pelo Estado e relativos à transparência, um dos atributos da gestão pública. Esta é uma tarefa que tem total interseção com o papel do sistema público de rádio e televisão. Portanto, é natural - e produtivo - que as duas estruturas estejam organicamente ligadas.

Com suas atividades vinculadas à SECS, a RTVE estará inserida em um ambiente de comunicação mais amplo, do qual participe um grande elenco de atores:

- + o corpo de profissionais de comunicação da própria SECS, presente em todas as Secretarias de Estado, poderá criar um trânsito mais fluído de informações relevantes para a RTVE levar ao conhecimento do seu público;
- + as emissoras particulares de rádio e televisão situadas no Paraná, meios constantemente utilizados pela SECS para dar transparência aos atos do Governo do Estado, estarão mais próximas à RTVE, facilitando a formação de parcerias estratégicas para a produção de conteúdos artísticos e jornalísticos de rádio e televisão;
- + as agências de publicidade licitadas pela SECS para prestar serviços de comunicação para o Governo do Estado poderão desempenhar um papel muito importante na criação de conteúdos de caráter educativo exclusivamente para a RTVE, tornando mais atraentes e eficientes as suas programações de rádio e televisão;
- + as produtoras independentes de rádio e televisão, tradicionalmente utilizadas pelas agências de publicidade como fornecedoras de peças e campanhas publicitárias, serão estimuladas pela SECS a produzir conteúdos específicos para a RTVE, valorizando o mercado artístico estadual e aprimorando a grade das emissoras públicas de rádio e TV.

Dessa forma, a mudança para a SECS possibilitará à RTVE o cumprimento de um compromisso fundamental para a continuidade de sua operação.

O parque tecnológico da RTVE não opera com eficiência. O estado de sucateamento dos equipamentos é notório, a maioria deles está com a vida útil esgotada ou em seu limite de uso.

Em virtude dessa situação, em 2011, a Diretoria da RTVE elaborou edital de licitação para adquirir um sistema de tecnologia mais adequado à natureza do trabalho artístico e jornalístico produzido pelas emissoras de rádio e televisão. Embora pronto, o edital aguarda o aporte de recursos para ser lançado.

Trata-se, na verdade, de um processo de migração do atual sistema de transmissão analógico para o digital. No governo anterior, a RTVE havia firmado com o Ministério das Comunicações um compromisso de digitalizar o seu sistema até dezembro de 2011.

A falta de recursos orçamentários não permitiu que esse prazo fosse cumprido. Por esse motivo, a RTVE protocolou junto ao Ministério das Comunicações, ainda em 2011, um ofício solicitando a dilatação deste prazo para dezembro de 2012.

A SECS dispõe dos recursos financeiros necessários para realizar, no decorrer deste ano, o salto tecnológico que permitirá

é RTVE cumprir o prazo solicitado e operar com um nível superior de qualidade técnica.

A defesa do orçamento mais reforçada para a TV pública é um dos princípios que regem a Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educacionais e Culturais - ABEPEC. A instituição advoga a integridade e independência das emissoras, e destaca a necessidade de "mecanismos de gestão que garantam a viabilidade técnica e financeira da emissora sem onerar, com regularidade e eficiência, sua função educativa, cultural e informativa a serviço do homem e da sociedade brasileira."

• 1. Para ampliar a área de cobertura dos meios da RTVE

Apesar de para a SECS, a RTVE contará com os recursos orçamentários indispensáveis para ampliar a potência e melhorar a qualidade de som de suas duas emissoras de rádio e, também, para cobrir todo o território paranaense com o sinal da sua emissora de TV.

Dotada de novas transmissoras, as emissoras de rádio passarão a alcançar Curitiba, todos os municípios da Região Metropolitana, o Litoral e a região dos Campos Gerais.

Com uma nova rede de repetidoras, própria para retransmissão do sinal digital, a emissora de televisão estará presente, no ar, em todos os municípios do Estado, e continuará a enviar o sinal para o Brasil e outros países da América Latina via satélite.

• 2. Para a RTVE cumprir melhor a sua missão básica

Subordinada à SECS, a RTVE poderá, até o final da atual gestão, reunir todas as condições para melhor cumprir os seus objetivos.

A mudança proposta terá um impacto positivo sobre todos os aspectos da organização. A RTVE passará a contar com uma estrutura mais condizente com as atividades que deve realizar. Terá à disposição os mecanismos de funcionamento necessários para realizar a sua missão institucional. Contará com um corpo profissional melhor capacitado para o desempenho de suas funções e poderá prestar um serviço muito mais eficiente em benefício do Paraná e dos paranaenses.

Por fim, importante ressaltar que esta mudança não altera, mas torna muito mais efetiva, a missão básica da RTVE:

- - Dar transparência aos atos do Governo;
- - Reforçar, na população do Estado, o sentimento de orgulho de ser paranaense;
- - Valorizar os produtos e promover os eventos culturais de qualidade realizados no Paraná;
- - Contribuir efetivamente no processo de educação para a cidadania.

Assim, entendendo que, para melhor cumprir a missão e os objetivos da Rádio e Televisão Educativa do Paraná, esta Casa de Leis poderá aprovar e promulgar Emenda ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual, dando nova redação ao artigo 24, com o seguinte teor:

"Art. 24. A Rádio e Televisão Educativa do Paraná - RTVE, manterá seu caráter educativo e cultural, com a prioridade de sua programação à produção e à difusão dos valores culturais paranaenses, estando vinculada à Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECS."

Valho-me do espaço para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA - PR

Comissões Permanentes

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EXTRATO DA ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA Transmissão do Projeto

Sessão Ordinária de dia 27 de Março de 2012

Deputados Presentes: Nelson Justus, Caio Quintana, Pedro Lupion, Gilson da Souza, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Tadeu Venêri, Alexandre Oni, Evandro Junior, Fernando Scanavaca e Ademair Traiano.

01 - PROJETO DE LEI nº 195/12 Mensagem 006/12

Autor: Poder Executivo

Prover por 1 mês o mandato dos atuais conselheiros representantes da sociedade civil organizada no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná.

RELATOR: DEPADEMAR TRAIANO

Parecer: Concedida vista ao Deputado Tadeu Venêri.

02 - PROJETO DE LEI nº 101/12

Autor: Dep. Pr Edson Praczyk

Institui no calendário Oficial do Estado do Paraná, o Dia do Wapetyana, a ser celebrado anualmente no dia 24 de maio.

RELATOR: DEP. TADEU VENÊRI

Parecer: Favorável - aprovado.

03 - PROJETO DE LEI nº 102/12

Autor: Dep. Pr Edson Praczyk

Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao BISPO SINALDO CORRÊA COELHO.

RELATOR: DEP. CAIO QUINTANA

Parecer: Favorável - aprovado.

04 - PROJETO DE DECRETO nº 001/12 - RETORNO DE DILIGÊNCIA

Autor: Bancada da PT

Santa nos termos do disposto no artigo 54, inciso XXVI, da Constituição Estadual, o decreto nº 3.839, de 15 de fevereiro de 2012, de autoria do poder executivo.

RELATOR: DEPADEMAR TRAIANO

Parecer: Concedida vista ao Deputado Tadeu Venêri.

05 - PROJETO DE LEI nº 085/12 Mensagem 003/12

Autor: Poder Executivo

Altera a lei nº 4.955, de 13 de novembro de 1964, que institui o fundo penitenciário e adota outras providências.

RELATOR: DEPPEDRO LUPION

Parecer: Favorável - aprovado.

06 - PROJETO DE LEI nº 087/12 mensagem 002/12

Autor: Poder Executivo

Altera a lei nº 14.264, de 22 de dezembro de 2003, que institui o Fundo Estadual Antidrogas, e adota outras providências.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

Parecer: Favorável - aprovado.

07 - PROJETO DE LEI nº 586/11

Autor: Ministério Público

Altera o dispositivo que especifica, da lei complementar nº 85/99 - lei orgânica e estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

Parecer: Favorável - aprovado.

08 - PROJETO DE LEI nº 588/11

Autor: Ministério Público

Transforma cargo de promotor de justiça subordinado da comarca de Curitiba e de promotor de justiça perante varas cíveis, que especifica, em cargo de promotor de justiça com atuação perante promotorias de justiça especializadas no foro central da comarca da região metropolitana de Curitiba.

RELATOR: DEP. NEREU MOURA

Parecer: Favorável - aprovado.

09 - PROJETO DE LEI nº 067/12

Autor: Tribunal de Justiça

Altera o art. 177, o § 1º do art. 178, o art. 208, o caput e o § do art. 209 da lei estadual nº 14.277/2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias e o art. 180 e o § 1º do artigo 181 da lei 16.024/2008.

RELATOR: DEP. CAIO QUINTANA

Parecer: Favorável - aprovado.

10 - **RECURSO** PROJETO DE LEI nº 751/11

Autor: Dep. Fêrides de Melo

Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de sistema de vídeo e áudio nas viaturas policiais do estado do Paraná.

NOVO RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK

Parecer: Aditado pelo Relator.

sendo homenageado, porque representa, neste momento, pela minha antiguidade, o Exército Brasileiro. E toda vez que uma sociedade homenageia o seu Exército ela reconhece, e fortalece, porque a sociedade não existia sem um Exército como o nosso. Nesse momento o meu comando em São Paulo está com 1 mil e 600 homens, naquela difícil missão do Complexo do Morro do Alemão e do Morro da Pira. Eu frequento de, no Carnaval, passar com eles. Por uma razão simples de qualquer chefe militar: eu vou onde está a minha tropa. Enquanto o Brasil inteiro comemorava o feriado festivo, tínhamos 1 mil e 600 homens levando tranquilidade a uma comunidade que ficou mais de 30 anos abandonada pelo poder público, refém do crime e da bandidagem. E aí o velho Exército Brasileiro é chamado naquele momento do crime. Estamos com 830 homens no Haiti. Recentemente, enviei 200 para contribuir na solução daquela lamentável crise da Polícia do Estado da Bahia. Lá em São Paulo, a ampliação do pólo de estacionamento do Aeroporto de Guarulhos está sendo feita pela nossa engenharia. A parte que não aparece, não funciona. Corresponde a um edifício de seis andares para baixo. Agora, a parte que aparece, que dá visibilidade, ficará a cargo de quem tem o direito de fazer isso. Duplicamos a BR-101, construímos o Aeroporto de Natal, São Gonçalo do Amarante. Estamos nas fronteiras. Estamos formando recursos humanos, estamos cumprindo o nosso sistema de educação exemplar neste País, destaque em qualquer Olimpíada que ocorre dentro o fora do Brasil. Estamos fazendo pesquisas na área de ciência e tecnologia. Meu Deus do céu, uma instituição dessas tem que ser reconhecida, tem que ser valorizada, mas ainda não faz parte da cultura da nossa sociedade que não sabe a riqueza do condomínio que ela tem, chamado Brasil. Esse condomínio nosso é o maior detentor de água doce do mundo, é o maior detentor de espaço para agricultura num momento que começa a haver problema no mundo, de escassez de alimento e de escassez de água doce. Esse nosso condomínio, no mundo, é o que mais dispõe de recursos de energia renovável não poluente. Detulpe dizer: só nós, brasileiros, não sabemos disso. Só nós não sabemos valorizar isso. O Exército sabe por que está presente em todos esses lugares. Nós estamos na Amazônia, no Pará, no Mato Grosso, e sempre com um sentido de Brasil, sempre envergando o bem da Nação, porque esse é o nosso compromisso. E quando me refiro ao meu grupo social, que é o cidadão brasileiro formado, eu falo: "Os senhores estão diante de um cidadão disciplinado, respeitador, discreto e dedicado ao seu papel." Que perfil bonito! Oguinho-me disso, do meu Exército, me orgulho da geração que me antecedeu, da geração que eu comando hoje e, não tenho dúvida, na hora em que a força de legislação me obrigar a retirar-me, terei certeza que aqueles que me sucederem estarão imbuídos do mesmo compromisso. Então, para mim o grande mérito desta homenagem, Deputado Edson, foi o senhor homenagear essa instituição: Exército Brasileiro. Nós temos como força armica a certeza de que somos imprescindíveis, indispensáveis à sociedade brasileira, que sem nós ela não sobrevive, porque o militar que espera o reconhecimento da sociedade vai se frustrar. Os senhores conhecem aquela frase clássica que diz que as sociedades invocam a Deus e aos soldados nos momentos de perigo, não antes. Passados os momentos de perigo, esquecem Deus e desprezam os soldados. Sabemos disso, mas não desanimamos, porque nosso compromisso é maior do que o simples reconhecimento da sociedade. O nosso compromisso é o de preservar esta Nação. É por isso que o Exército tem 364 anos e perdurará como instituição nacional e permanente. Outro dia, me dirigindo a um grupo, eles ficaram um pouco tristes, quando fiz uma visão prospectiva, em relação a todos nós neste milênio. Falei que neste milênio, nenhum dando irá muito longe. Podi desolopes. Mas o Exército Brasileiro irá, porque é uma instituição que sabe do seu momento, como cumprir o seu papel e estende esse Brasil que está aí e tenta ajudá-lo. Mais uma vez agradeço a homenagem, aos meus companheiros de farda, que vieram prestigiar este evento magnífico. Aos meus amigos do tempo de Capoeira, de Colégio Militar, do meu Comando na 5ª Região Militar, a 5ª DE. Amigos que estão presentes em todos os momentos. Amigos que não podemos ver, mas que estão presentes. Tenho sentido isso nas manifestações de solidariedade e de apoio. Vou pedir a nossa Banda de Música, em um gesto de retribuição a esta Cam, que nos homenageou, a nós militares - Deputado, é a única maneira que vejo em retribuir aquela bela diploma, que o senhor me deu - que encontre, por favor, a nossa Canção do Exército. Muito obrigado a todos. (Aplausos) (Agradecimento musical)

SR. PRESIDENTE (Deputado Plauto Miré Guimarães): Quero, nessa homenagem de suma importância, lembrar que a Assembleia Legislativa do Paraná, por intermédio do Deputado Edson Pracnyk, aprovou esse título por unanimidade, mostrando o carinho que tem ao General e ao mesmo tempo a todo o Exército Brasileiro. Quero agradecer também a presença do Sr. Luiz Bernardi, Superintendente da Receita Federal. Esta Presidência agradece a presença das autoridades civis, militares, do corpo consular, dos amigos do nosso homenageado, da Banda de Música do Exército, sob a regência do Maestro Tenente Santiago, da imprensa, bem como dos demais convidados que compareceram, honrando e dignificando o Poder Legislativo paranaense. Após esta solenidade, o nome homenageado receberá os cumprimentos de todos no espaço cultural, na estada desta plenária. Neste momento ouviremos o Hino do Paraná, após o que declaramos encerrada a presente Sessão Solene. "Levanta-se a Sessão".

Processo Legislativo

Comissão Executiva

ATO DO PRESIDENTE Nº 004/2012

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Art. 20, Inc. XXXII, combinado com o disposto no Art. 34, Inc. I e Art. 35, todos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e em face de Proposição do Deputado PARANHOS, protocolada sob o nº 794-DAL, na Sessão Plenária do dia 15 de fevereiro de 2012 e aprovada na mesma data

DECLARA

constituir e instalar Comissão Especial com a finalidade de dar "acompanhamento de estudo de fiscalização e aferição do grau de satisfação da população paranaense quanto aos atributos dos serviços públicos prestados pelo Sistema Único de Saúde - SUS". A Comissão, segundo indicação dos respectivos líderes, terá a seguinte composição: (i) indicados pelo PMDB, os Deputados Nereu Moura e Jonas Guimarães, titulares e, respectivamente, Ademir Bier e Leão Eduardo Chedda, suplentes; (ii) indicados pelo PSD: Marcelo Rangel (PPS), titular e Mauro Moraes, suplente; (iii) indicados pelo PSD: Nelson Lorenson (PDT), titular e Maria Tereza (PSD), suplente; (iv) indicados pelo PT: Elton Welter, titular e Tadeu Venet, suplente; indicados pelo Bloco PSB/PSC/PSD: Paranhos (PSC) titular e Reni Pereira (PSB) suplente; e (v) indicados pelo Bloco PPV/PT/PSL: Adelfo Ribeiro (PSL), titular e Bianca Rodrigues (PV), suplente. Conforme deliberação dos membros titulares a Comissão será Presidida pelo Deputado PARANHOS, cabendo a substituição ao Deputado MARCELO RANGEL. Os trabalhos da Comissão deverão ser processados no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação deste Ato e com observância das disposições contidas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa e no Art. 62, da Constituição Estadual. Assim, para que se cumpram suas finalidades o Senhor Presidente determina que eu (Adelfo Ribeiro) Diretor Legislativo, lavrarei o presente Ato em 03 (três) vias que serão devidamente assinadas pelo Senhor Presidente e devidamente publicado em Diário Oficial.

Gabinete da Presidência

DEPUTADO VALDIR ROSSONI

Presidente

3307102012

ATO DO PRESIDENTE Nº 005/2012

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 20, do Regimento Interno e, em face do conteúdo em Requerimento de autoria do Deputado TERUO KATO, aprovado na Sessão Plenária de 21 de novembro de 2011, atuando na Diretoria Legislativa sob o nº 033/2011

DECLARA

Constituir a FRENTE PARLAMENTAR PELO COOPERATIVISMO, que será Coordenada pelo Deputado TERUO KATO (PMDB) e que, nos termos da Proposição aprovada, terá por finalidade "defender e ampliar o debate sobre o assunto, através de audiências públicas, integrar as ações de governo federal, estadual e municipais, apoiar os princípios cooperativos, para fortalecer ainda mais o sistema cooperativo e criar, satisfazer as aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de empresas de propriedade coletiva e democraticamente gerida". Segundo termo de adesão, juntado ao Processo respectivo, a Frente Parlamentar será integrada pelos Deputados Teruo Kato (PMDB), Ademir Bier (PMDB), Jonas Guimarães (PMDB), Professor Lemos (PT), Artáglio Junior (PMDB), Elton Welter (PT), Adelfo Ribeiro (PSL) e Nelson Lorenson (PDT). Os trabalhos da Frente Parlamentar deverão ser processados, com observância das disposições contidas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e demais legislação aplicável.

Gabinete da Presidência

DEPUTADO VALDIR ROSSONI

Presidente

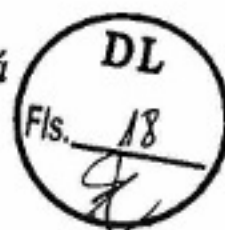
3307402012

ATO DO PRESIDENTE Nº 007/2012

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 20, Inc. XXXII, do Regimento Interno e, em face do conteúdo no Art. 191, do Regimento Interno e do Memorando nº 625/2012-DL, lido no Expediente da Sessão Plenária do dia 02 de abril de 2012

DECLARA

Constituir e instalar a Comissão Especial, com a finalidade de opinar quanto a "Proposta de Emenda Constitucional-PEC nº 001/2012, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 007/2012", protocolada sob o nº 1777/DAL e situada na Diretoria Legislativa como Proposição nº 17/2012, cujos trabalhos deverão se dar com observância das disposições contidas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Segundo indicação dos respectivos líderes a Comissão Especial será composta pelos seguintes parlamentares: (i) indicados pelo PMDB: Nereu Moura, titular e Caio Quintana, suplente; (ii) indicados pelo PSD: Cantora Mara Lima, titular e Rose "Libre", suplente; (iii) indicados pelo DEM: Elton Welter, titular e Pedro Lapina, suplente; (iv) indicados pelo PT: Elton Welter, titular e Professor Lemos, suplente; e (v) indicados pelo Bloco PSB/PSC/PRB: Paranhos (PSC), titular e Pastor Edson Pracnyk (PMDB), suplente. Conforme



PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 018/2012

PROPOSIÇÃO Nº 018/2012

Proposta de Emenda à Constituição nº 001/2012

Autor: Poder Executivo

**ALTERA O ART. 24 DO ATO DAS
DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS
TRANSITÓRIAS DA CONSTITUIÇÃO
ESTADUAL. RTVE FICA VINCULADA À SECS.
PARECER PELA APROVAÇÃO.**

1. PREÂMBULO

A presente proposição tem por objeto alterar o Art. 24, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual, procurando determinar, constitucionalmente, que a Rádio e Televisão Educativa do Paraná – RTVE, hoje vinculada à Secretaria de Estado da Cultura, passe a se vincular à Secretaria de Estado da Comunicação Social – SECS.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Da Constitucionalidade, Legalidade e Técnica Legislativa

Preliminarmente, destacamos que as Propostas de Emenda à Constituição são matérias sujeitas a disposições especiais com trâmite diferenciado nesta Casa de Leis, no caso o determinado pelos arts. 190 e seguintes do nosso Regimento Interno.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª. Legislatura – 2ª Sessão Legislativa



Nos termos regimentais a Proposta de Emenda foi regularmente publicada em Diário Oficial (Edição nº 186, de 30/03/2012), com a devida comunicação ao Plenário, conforme Memorando 029-DL, lido no Expediente da Sessão do Dia 02/04/2012, a partir do qual foram indicados os Membros que compõem a presente Comissão Especial, constituída e instalada por meio do Ato do Presidente nº 007/12, publicado em Diário Oficial do dia 10 de abril do corrente.

Designado Relator para análise da proposição, passamos a relatá-la.

Primeiramente, indicamos que não encontramos óbices quanto à constitucionalidade, legalidade e legitimidade, em face da proposição apresentada pelo Chefe do Poder Executivo, sendo certo que, no prazo regimental, assinalado pelo Art. 190, não houve a apresentação de Emendas pelos senhores parlamentares.

Devemos observar, ainda, que a Constituição Estadual ao dispor sobre as hipóteses de iniciativa de propostas de emendas à Constituição, dispõe:

Art. 64. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa;

II - do Governador do Estado;

III - de um terço das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros.

Resta, portanto aferida e demonstrada a legitimidade da iniciativa, ademais, deve-se frisar que o Governador do Estado detém a competência para legislar acerca da matéria, tendo em vista que a Rádio e Televisão Educativa do Paraná – RTVE é órgão do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

17ª. Legislatura – 2ª Sessão Legislativa



e como parte integrante da administração estadual deve se vincular a uma Secretaria de Estado. Nesse sentido, dispõe o Art. 66, IV, da Constituição Estadual:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Corroborando com o acima exposto, temos ainda o Art. 87, da Constituição do Estado:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

Diante dos dispositivos legais acima citados, não restam dúvidas de que é mesmo do Poder Executivo a competência para apresentar a presente proposição.

Por fim, quanto à técnica legislativa, a proposição não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

2.2. Do Mérito

A RTVE é instituição que se ocupa de criar, produzir e divulgar conteúdos de interesse do cidadão e do Estado do Paraná, por meio de emissoras públicas de rádio e televisão. Desenvolve, portanto, antes de tudo, atividades de comunicação. Diante disso, o Governo do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª. Legislatura – 2ª Sessão Legislativa



Estado formula a presente proposição, tendo em vista que considera que a RTVE fica melhor situada no organograma do Estado na área de competência da SECS.

Com a mudança, o corpo de profissionais da Secretaria de Comunicação poderá criar um trânsito mais fluente de informações para a RTVE levar ao conhecimento do seu público. Ademais, a celebração de parcerias com empresas de comunicação particulares e agências de notícias e publicidade, certamente serão administradas com mais qualidade.

Destaque-se, também, que a SECS possibilitará à RTVE o cumprimento de um compromisso fundamental para a continuidade da sua operação, ilso porque, o parque tecnológico da RTVE não opera com eficiência, dado o estado de sucateamento dos equipamentos. Para reverter a situação, tem-se o objetivo de migrar do atual sistema de transmissão analógico para o digital, o que permitirá à RTVE operar com um nível superior de qualidade técnica. Tanto as emissoras de rádio, quanto a emissora de televisão melhorarão a qualidade de sinal e ampliarão sua cobertura.

Observa-se, portanto, que a mudança proposta terá um impacto positivo sobre todos os aspectos da organização. A RTVE passará a contar com uma estrutura mais condizente com as atividades que deve realizar. Terá à disposição os mecanismos de funcionamento necessários para realizar a sua missão institucional. Contará com um corpo profissional melhor capacitado para o desempenho de suas funções e poderá prestar um serviço muito mais eficiente em benefício do Paraná e dos paranaenses.



3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, verifica-se que estão presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa, bem como que a proposta é extremamente meritória, na medida em que aperfeiçoa a estrutura da Administração Estadual. Portanto, opina-se pela APROVAÇÃO da presente proposição.

Sala de Comissões em 19/04/12

[Signature]
DEPUTADO ÉLIO RUSCH
PRESIDENTE

[Signature]
DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR

[Signature]

Esses criminosos anda solto, fazendo mais vítimas no Estado do Paraná. É preciso que contribuamos para que um crime cometido há mais de três anos tenha alguma explicação. Precisamos corrigir erros que ainda podem ser corrigidos nesse inquérito. Faço um apelo para que votem a favor deste requerimento. Muito obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rosseti - PSDB): Não levando mais quem querim discutir, vamos proceder à votação. **Rejeitado.** [Votaram "sim": Alexandre Curi, Aníbelli Neto, Elton Welter, Enio Verri, Luciano Rafagnin, Nereu Moraes, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Tadeu Veneri e Toninho Wandmacher (12 Deputados). Votaram "não": Adelfino Ribeiro, Ademir Traiano, Ademir Bler, Augustinho Zucchi, Bernardo Ribes Curi, César Silvestri Filho, Douglas Fabrício, Dr. Barila, Duffio Genari, Elton Ruzch, Fernando Scaramella, Francisco Bührer, Jonas Guimarães, Luiz Aceorsi, Luiz Eduardo Chelida, Nelson Lemes, Pedro Lapini, Rosana Rodrigues, Rosa "Lino", Stephanie Júnior, Tono Kato (21 Deputados). Não votaram: André Bueno, Caio Quintana, Cantora Maria Lima, Cleiton Kielas, Evandro Júnior, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Panchos, Raul Pereira e Waldyr Pagliari (13 Deputados).]

OBS: O Sr. Deputado Ney Leprevost, registrou seu voto favorável ao requerimento e o Sr. Deputado Augustinho Zucchi, corrigiu seu voto para favorável ao requerimento.

DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (Pela ordem): Apenas para fazer uma observação, Sr. Presidente: pelo segundo dia consecutivo, a Ordem do Dia é composta por mais de 200 páginas, precisamente 234 páginas. Só as Parlamentares constituintes, nesta tarde, 12 mil e 636 folhas. V. Exa., no início deste ano, propôs aquisição de um equipamento tecnológico que substitua esta Ordem do Dia. Alguns Parlamentares, até por iniciativa própria, possuem o equipamento, e também posso. Apenas para reforçar que este Parlamento se trata de iniciativa de V. Exa. e sugiro que seja anexada a discussão deste projeto em que, garha o Estado do Paraná economicamente, a Assembleia do Estado do Paraná garha em modernidade e agilidade, e em defesa do meio ambiente, que não pode ser esquecida. Serei o registro que queria fazer. Muito obrigado!

DEPUTADO NEY LEPREVOST (PSD) (Pela ordem): Apenas para registrar que meu voto na última matéria foi "sim". Muito obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rosseti - PSDB): Gostaria que fosse registrado o voto do Deputado Ney Leprevost.

DEPUTADO RASCA RODRIGUES (PV) (Questão de ordem): Quero me somar ao Pastor Edson Praczyk. Esta já foi uma questão abordada logo no início da legislatura e, realmente, não conseguimos colocar em prática. Como da movimentação ambiental, é uma situação que me deixa contrariado, porque as constituintes que não fazem a esta feita documentação e não têm primeira folha, e isso em maior quantidade. Em menor quantidade, se consulto o teor dos projetos. Isso é uma quantidade bobalheira. Quem sabe, poderíamos ter uma folha para todos os Deputados - uma, duas ou três - consoante a Ordem do Dia, e deixá-la em uma fileira 30, depois 20, depois 10, para ir acompanhando. E quem quisesse ver o teor, iria à frente e fazia a consulta, porque pela experiência que tenho, depois de um ano e três meses, poucos são os Deputados que passaram da terceira, quarta folha até o fim da Ordem do Dia. Acho que podemos começar com 30 ao invés de 54 e, depois, ao longo do tempo, tentando diminuir, percebendo o número de Deputados que consultam o conteúdo daquilo que está sendo votado. Acho que esta é uma iniciativa que gostaria que a Mesa considerasse, porque realmente é um desperdício de material que depois será reciclado, é encaminhado para a Provogap, mas isso não é o suficiente, porque não se adquire neste Plinkário um hábito de consumo sustentável.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rosseti - PSDB): Quero dizer a V. Exa. que concordo em gênero, número e grau. Estamos em processo de informatização da Casa e vai chegar o momento em que vamos resolver, também, esse problema de forma sustentável. Está bem, Deputado Rasca?

Requerimento nº 2176, com sua discussão adiada, de autoria da Bancada de Oposição, requer envio de pedido de informações e cópia de documentos ao Ilmo. Sr. Diretor-Geral do Departamento de Estradas e Rodagem. (Com sua discussão adiada de Sessão anterior)

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB) (Para encaminhar): Sr. Presidente, Srs. Deputados. A Bancada do PT faz um requerimento solicitando a documentação dos processos licitatórios e possíveis contratos firmados, ou que serão firmados, com empresas de consultoria que vão prestar serviços de fiscalização de estudos pedagógicos ou de outros serviços no Estado do Paraná. É importante que se diga, até porque esse assunto tem sido bastante aventado pela própria Oposição, nos meios de comunicação, que essa prática adotada pelo Governo, talvez, no entendimento da Oposição, seja feita só aqui no Estado do Paraná, o que não procede. Primeiro, é bom que se diga que, quando dos contratos firmados com as concessionárias, já existe previamente estabelecido um percentual do valor arrecadado que é destinado ao DER para fazer o processo de fiscalização e pagar com esse próprio recurso às empresas que serão contratadas por processo licitatório. Então, até previsto nos contratos. Ocorre, Sr. Presidente, que nos oito anos passados, o dinheiro que foi arrecadado foi para os cofres do Tesouro e dispensaram-se os processos de fiscalização. Não ocorreu nada. E, agora, o Estado está retomando, até porque o Estado não tem equipe suficiente para prestar esse tipo de serviço. Essa prática também é comum no Governo Federal. O próprio DNIT a breu processo licitatório, em Brasília, para também fazer processo de fiscalização. Portanto, trouxemos aqui alguns documentos, a Bancada de Oposição não se sente satisfeita e, por isso mesmo, vamos debater o requerimento, porque entendemos que não há razão para proceder, porque não se trata de estar colocando empresas terceirizadas no processo de fiscalização. Além das empresas que irão ao processo de fiscalização, há um acompanhamento total do DER, e o teste do serviço da exceção. A fiscalização sempre será feita pelo acompanhamento de fiscalizadores, empregados do DER. Portanto, não há razão para agravarmos com requerimento, porque esse prática não é só no Estado do Paraná, mas comum em todo o Brasil. É

um meio legal que os governos têm para fazer o acompanhamento das obras.

DEPUTADO ELTON WELTER (PT): Sr. Presidente, quero defender o requerimento. O Deputado Traiano trouxe algumas informações, mas elas não trazem a cópia do processo licitatório - caso já tenha ocorrido - e nem o contrato que foi firmado com essas empresas terceirizadas. Não estamos questionando a terceirização, necessariamente, para o simples. Queremos ver o conteúdo do serviço que será feito, pelo custo que as parcerias vão pagar. Porque esse dinheiro que vem das concessionárias, em tese, deve ser para fiscalizar. Nós, por princípio, entendemos que o DER deveria ser estruturado, com mais engenheiros, para que esse serviço seja continuado e permanente. Não temos nenhuma dúvida que são feitas as terceirizações. Considerando que há esse recurso, que é repassado das concessionárias para o DER, que não temos a público o contrato e o que essas empresas vão fazer pelo custo do serviço da licitação, o requerimento e as respostas que V. Exa. trouxe, previamente, não respondem, principalmente, à pergunta da letra "c". Portanto, defendendo e peço o voto favorável para a validação deste Poder. Presidente Rosseti, fiz um apelo a V. Exa., que acredito isolado, para não indagar este Poder. Percebo que há disposição dos Deputados desta Casa, de não rejeitarem necessariamente requerimentos. Não é uma questão de ser ou não Governo. Existem Parlamentares no Brasil, em que os requerimentos já são aprovados naturalmente e se manda para o órgão competente. É uma questão da independência deste Poder e da legitimidade do Parlamento de Oposição e de Situação, isso resolveria no futuro e não causaríamos constrangimento aos Deputados, que isolam que votar, porque é Governo ou Oposição e a se repassa as informações para este Poder. V. Exa. poderia submeter ao Colégio de Líderes, fazer uma discussão, porque isso resolveria à frente. Neste sentido, acho que o Poder Legislativo não pode se fustar a buscar informações. E muitas vezes, porque o Deputado é do Governo, ele fica constrangido, mas acaba votando contra um pedido de informação.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rosseti - PSDB): Deputado Welter, Vossa Exa., pela segunda vez, fez esse apelo. Eu fiz esse apelo, enquanto Líder da Oposição. Não posso fazer alteração de Regimento sozinho. Tenho que respeitá-lo. Vou ter que colocar o requerimento em votação. Em votação.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): Atenção, Srs. Deputados, votando "não".

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rosseti - PSDB): Em votação. **Rejeitado.** **O requerimento.** [Votaram "sim": Aníbelli Neto, Elton Welter, Enio Verri, Luciano Rafagnin, Péricles de Mello, Professor Lemos, Tadeu Veneri e Toninho Wandmacher (08 Deputados). Votaram "não": Adelfino Ribeiro, Ademir Traiano, Ademir Bler, Alexandre Curi, André Bler, Augustinho Zucchi, Bernardo Ribes Curi, César Silvestri Filho, Douglas Fabrício, Dr. Barila, Duffio Genari, Elton Ruzch, Fernando Scaramella, Francisco Bührer, Jonas Guimarães, Luiz Aceorsi, Luiz Eduardo Chelida, Nelson Lemes, Nereu Moraes, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lapini, Plauto Miró, Rosana Rodrigues, Raul Pereira, Rosa "Lino", Stephanie Júnior, Tono Kato e Waldyr Pagliari (29 Deputados). Não votaram: Caio Quintana, Cantora Maria Lima, Cleiton Kielas, Evandro Júnior, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Mauro Moraes, Osmar Bertoldi e Panchos (09 Deputados).]

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a Sessão, marcando-se outra para quarta-feira, dia 18 de abril, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: Discussão Única do Voto Parcial nº 008/12, apóio ao Projeto de Lei nº 932/11; 3ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 005 e 003/11; 3ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 793, 857, 873/11, 809, 104, 119, 125, 134 e 135/12, "Levamos-se a Sessão"; [Sessão encerrada às 15h30, tendo sido lida a presente Ata, para fins de publicação e arquivamento no disposto no Art. 113 do Regimento Interno. Ao longo da Sessão foram registradas as seguintes proposições: I. A pedido da Deputada Rosa "Lino", do Sr. Brúllio Culpes, ex-Prefeito do Município de Dois Vizinhos, pai da Deputada Rosa "Lino"; II. A pedido da Mesa Executiva, do Sr. Ricardo Barros, Secretário de Indústria e Comércio do Estado do Paraná; III. A pedido do Deputado Pedro Lapini, do Sr. Carlos José Mendes, Diretor Executivo da Associação Paranaense da Empresa de Base Florestal e do Dr. Alessandro Peres; IV. A pedido do Deputado Pastor Edson Praczyk, do Sr. Emerson Fossato, filho do ex-Deputado Estadual Horacio Fossato Filho, Vereador do Município de Comodoro do Príncipe.]

37178/2012

Processo Legislativo

Comissões Especiais

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO

Proposta de Emenda à Constituição nº 001/2012

Extrato de Ata - Reunião de 18 de abril de 2012

Autor: Poder Executivo - Mensagem 007/2012

Objeto: Altera o Art. 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual.

Membros: Deputado Elton Ruzch (DEM), Presidente; Deputado Nereu Moraes (PMDB); Relator: Deputado Panchos (PSC); Deputada Cantora Maria Lima (PSDB); e Deputado Enio Verri (PT)

Parecer: Em 05 Leídas - Pela Aprovação - Aprovado por maioria com voto contrário e vencido do deputado Enio Verri (PT).

37180/2012



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 385/11

Altera a Lei nº 16.341, de 18 de dezembro de 2009.

Art. 1º Fica alterada a Lei nº 16.341, de 18 de dezembro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

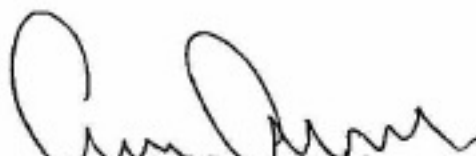
"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Pranchita, de área com 1.000,00 m², constituída pelo Lote nº 04, da Quadra 47, sob a matrícula nº 11.505, do Registro de Imóveis da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste.

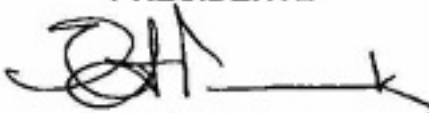
Art. 2º O imóvel de que trata o artigo anterior, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, poderá ser utilizado pelo Poder Público Municipal para fins de incentivo ao crescimento econômico e desenvolvimento social do município, sob pena de reverter ao patrimônio do Estado se comprovada utilização diversa.


Art. 3º (...)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 07 de maio de 2012.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 661/11

Obriga a informação correta, clara e precisa dos preços dos produtos comercializados no Estado do Paraná.

Art. 1º Os estabelecimentos comerciais do Estado do Paraná ficam obrigados a prestar informação correta, clara e precisa sobre o preço de seus produtos ou serviços quando pagos à vista ou, no caso de pagamento parcelado, sobre a quantidade e os valores das parcelas, além dos juros aplicados.

Parágrafo único. A informação de que trata o *caput* deste artigo deverá ser de fácil leitura e compreensão e exposta em local de fácil acesso ao público consumidor.


Art. 2º O não cumprimento desta Lei acarretará na aplicação das sanções previstas no art. 56 da Lei 8.078/90 e na forma do art. 57 do mesmo diploma legal.

Parágrafo único. O Procon/PR e os Procons Municipais farão a fiscalização do cumprimento do disposto nesta Lei, e o valor da multa arrecadada será revertido para o Fundo pertinente à pessoa jurídica de direito público que impuser a sanção, gerido pelo respectivo Conselho Gestor.


Art. 3º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos 120 (cento e vinte) dias da data de sua publicação oficial.


Sala das Comissões, 07 de maio de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 815/11

Dispõe sobre a criação do selo
"Escola Amiga da Natureza".

Art. 1º Fica concedido o selo "Escola Amiga da Natureza" a toda Escola Pública Estadual que, em conjunto com a comunidade escolar, concretize ações ambientalmente sustentáveis, dentro ou fora de suas instalações, durante o ano letivo.

Parágrafo único. São ações ambientalmente sustentáveis, entre outras, as praticadas com base na cultura dos 5 Rs: Reciclar, Reaproveitar, Reduzir, Responsabilizar, Respeitar.

Art. 2º As ações desenvolvidas pelas escolas e/ou comunidades escolares deverão ter caráter interdisciplinar e se utilizar de temas de interesse direto do cotidiano.

§ 1º Dentre outros, consideram-se exemplos de ações desencadeadas pela cultura dos 5 Rs:

I – Reciclar: reutilizar todo e qualquer material através da seleção e coleta (papel, papelão, plástico, vidro, alumínio, dentre outros), incentivando e apoiando os catadores de materiais ou associações de catadores;

II – Reaproveitar: utilizar novamente recursos como água, energia e restos de alimentos;

III – Reduzir: incentivar a redução ou o consumo consciente dos recursos;

IV – Responsabilizar: prestar informações à comunidade sobre leis, regulamentos e normas que tratem da questão ambiental, responsabilidades, fiscalização, crimes, penas, multas, visando à conscientização popular sobre sua importância;

V – Respeitar: incentivar o respeito e a proteção a todo e qualquer bem ou recurso natural.

§ 2º As ações promovidas pelas escolas e/ou comunidades escolares poderão ser realizadas através de cooperação técnica ou convênios com entidades civis sem fins lucrativos, prefeituras, cooperativas, ou afins, visando troca e/ou apoio técnico para consecução dos objetivos.

Art. 3º Para recebimento do selo "Escola Amiga da Natureza" toda Escola Pública Estadual e/ou comunidade escolar deverá realizar no mínimo 05 (cinco) projetos com ações análogas ou similares às propostas no artigo anterior.

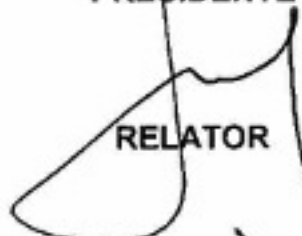
Art. 4º Toda Escola Pública Estadual agraciada receberá o selo das mãos do Governador do Estado (ou seu representante), na presença do Secretário de Estado do Meio Ambiente (ou seu representante), em solenidade a ser realizada anualmente em parceria com a Secretaria de Estado da Educação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 07 de maio de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 075/12

Declara de Utilidade Pública o Lar
Beneficente São Francisco de
Assis, com sede e foro no Município
de Altônia.


Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Lar
Beneficente São Francisco de Assis, com sede e foro no Município
de Altônia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 07 de maio de 2012.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR






ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 080/12

Declara de Utilidade Pública o Asilo
São Vicente de Paulo, com sede e
foro no Município de Piraí do Sul.

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Asilo São
Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Piraí do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 07 de maio de 2012.

Dois assinaturas manuscritas em tinta preta, uma maior e mais elaborada, e outra menor e mais simples, ambas sem identificação textual.

Assinatura manuscrita de Alexandre Curi.
ALEXANDRE CURÍ
PRESIDENTE

Assinatura manuscrita do Relator.
RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 098/12

Altera o art. 1º, da Lei Estadual nº 10.277/93, que declarou de Utilidade Pública o Clube das Acácias Unidas, no Município de Curitiba.

Art. 1º Fica alterado o art. 1º, da Lei Estadual nº 10.277, de 17 de maio de 1993, que declarou de Utilidade Pública o Clube das Acácias Unidas, com sede e foro no Município de Curitiba, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Acácias, com sede e foro no Município de Curitiba."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 07 de maio de 2012.

PRESIDENTE
RELATOR

PROJETO DE LEI Nº 848/2011

Súmula: Dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, e adota outras providências.

**CAPÍTULO I
DA ESTRUTURA DA CARREIRA**

Art. 1.º Ficam estabelecidas a estrutura, as atribuições e demais itens de organização das carreiras dos servidores da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, que são:

I – Carreira de Fiscalização da Defesa Agropecuária, estruturada em 3 (três) classes de referências contínuas, composta pelo cargo singular de provimento efetivo de Fiscal da Defesa Agropecuária, com funções singulares de Médico Veterinário, Engenheiro Agrônomo e Biólogo e nas quantidades previstas, por classe, na forma do Anexo I desta Lei.

II – Carreira de Assistência à Fiscalização da Defesa Agropecuária, estruturada em 3 (três) classes de referências contínuas, composta pelo cargo singular de provimento efetivo de Assistente de Fiscalização da Defesa Agropecuária, com função multilocupacional de Técnico de Manejo e do Meio Ambiente e Técnico de Laboratório nas quantidades previstas, por classe, na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 2.º Conceitua-se CARREIRA como a estruturação ou agrupamento de um ou mais cargos e suas funções em classes escalonadas que refletem o crescimento profissional do cargo, com amplitude salarial prevista para o tempo constitucional de, no mínimo, 35 (trinta e cinco) anos de serviço.

§ 1.º O agrupamento das funções em um cargo ou cargos se dá pela natureza deste e é vinculado ao mesmo grau de responsabilidade profissional ou escolaridade, originando a classe.

GABINETE DO GOVERNADOR



§ 2.º O escalonamento das classes das carreiras será crescente em termos de habilitações profissionais específicas ou responsabilidades e atribuições, sendo adotado o modelo de estrutura piramidal, de acordo com o grau de complexidade ou responsabilidade, seja para ingresso, seja para o desenvolvimento na carreira, na forma do Anexo I desta Lei.

I – Conceitua-se CLASSE como o escalonamento hierárquico do desenvolvimento profissional de um cargo e sua função ou cargos e suas funções, de acordo com a crescente exigência de complexidade de suas atribuições ou níveis de responsabilidade, constituindo-se a linha natural de crescimento do cargo na carreira.

II – Conceitua-se REFERÊNCIA CONTÍNUA como a sequência de referências de vencimento nas classes e entre as classes na tabela de vencimento, para fins de desenvolvimento na carreira, composta de interníveis e interclasses, com amplitude salarial utilizada para refletir o horizonte laboral dos integrantes da carreira.

III – Conceitua-se AMPLITUDE SALARIAL como a composição de interníveis e interclasses, apresentando intervalos entre o menor e o maior valor da tabela de referência de vencimento, compreendida a primeira referência da classe inicial e a última referência da classe final.

§ 3.º O internível nas classes será de, no mínimo, 5% (cinco por cento), para cada carreira, sendo considerada a razão acumulada, com exceção da classe inicial, em que a segunda referência será de 15% (quinze por cento) em relação à referência inicial da classe.

I – Conceitua-se INTERNÍVEL como a razão percentual entre uma referência de vencimento e outra.

II – Conceitua-se RAZÃO ACUMULADA o cálculo relativo (percentual) das referências de vencimento das classes sobre a referência de vencimento imediatamente anterior da classe.

§ 4.º O interclasse será de 10% (dez por cento) para a carreira de Fiscalização da Defesa Agropecuária e de 5% (cinco por cento), para a carreira de Assistência à Fiscalização da Defesa Agropecuária, considerada a primeira referência de vencimento da classe, tendo por base o tempo exigido para a referência.

I – Conceitua-se INTERCLASSE como a razão percentual entre a referência de vencimento inicial ou final de uma classe e a referência de vencimento inicial da classe imediatamente superior.

II – O interclasse de cada carreira respeita a exigência constitucional da atividade e da tarefa, de acordo com a natureza e grau de complexidade de cada uma delas.

GABINETE DO GOVERNADOR



§ 5.º A dinâmica funcional respeitará a exigência de escolaridade entre as classes e entre as carreiras de complexidade diferentes.

I – Conceitua-se **DINÂMICA FUNCIONAL** como a relação existente entre a referência de vencimento inicial da classe, entre as classes funcionais, refletindo o crescimento vertical do cargo e função na carreira.

§ 6.º A dinâmica funcional entre as carreiras será de 2,5 (duas vírgula cinco) vezes entre a referência de vencimento inicial da classe de uma complexidade com a referência de vencimento inicial da classe de complexidade imediatamente superior.

§ 7.º As atribuições, responsabilidades e características pertinentes aos cargos e funções, em cada carreira e classes, são especificadas em regulamento denominado Perfil Profissiográfico do Cargo e Função, em ato conjunto da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB e Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, por iniciativa da ADAPAR.

I – Conceitua-se **CARGO** como a unidade funcional da atividade governamental, com competências a serem expressas por funções de execução associadas a um conjunto de atribuições e responsabilidades, na esfera do Poder Executivo.

II – Conceitua-se **CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO** como o cargo associado à atividade funcional da ação pública, provido por concurso público de provas ou provas e títulos.

III – Conceitua-se **CARGO SINGULAR** como o cargo que possui uma única exigência de escolaridade para seu ingresso, podendo possuir uma ou mais funções, singulares ou multocupacionais.

IV – Conceitua-se **FUNÇÃO DO CARGO** a especificidade de atuação desse cargo através de formação profissional, habilitação correspondente ou natureza funcional, podendo ser singular ou multocupacional.

V – Conceitua-se **FUNÇÃO SINGULAR** como aquela que possui uma única exigência de formação específica para o ingresso, relativa ao grau de escolaridade do cargo ou classe.

VI – Conceitua-se **FUNÇÃO MULTIOCUPACIONAL** como aquela que possui duas ou mais exigências de escolaridade para o ingresso, relativas ao grau de escolaridade do cargo ou classe.

GABINETE DO GOVERNADOR



VII – Conceitua-se **NATUREZA DO CARGO** ou **GRUPO OCUPACIONAL** como o agrupamento de funções de um cargo ou cargos, que diz respeito às atividades profissionais correlatas ou afins, de acordo com o seu grau de escolaridade e quanto a natureza do serviço ou ao ramo de conhecimentos aplicados em seu desempenho, no âmbito da ação do Poder Executivo.

VIII – Conceitua-se **GRAU DE COMPLEXIDADE** ou responsabilidade como o atributo das funções do cargo referente aos requisitos de crescente capacitação e complexidade das tarefas desempenhadas de acordo com o escalonamento das classes.

IX – Conceitua-se **ESTRUTURA PIRAMIDAL** como a estrutura crescente em termos de classes e referências de vencimento.

§ 8.º O ingresso em carreira de estrutura piramidal se dará sempre na referência de vencimento inicial da classe e de acordo com as exigências previstas para o cargo, função e classe.

§ 9.º A criação de novas funções dentro de cada carreira e cargo obedecerá à iniciativa legislativa privativa do Poder Executivo.

CAPÍTULO II DO INGRESSO

Art. 3.º O ingresso nas carreiras e cargos desta Lei será por meio de aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo, na forma da legislação vigente e de acordo com as exigências mínimas previstas no Anexo I desta lei, podendo integrar a inspeção médica e o exame psicológico, passível de delegação e sob supervisão do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo.

§ 1.º Conceitua-se **CONCURSO** como o processo destinado à comprovação, pelo candidato, dos requisitos de ingresso do cargo e função previstos no Perfil Profissiográfico, através de sistemática concorrencial que pode ser de provas, provas e títulos e outros requisitos vinculados ao exercício do cargo/função previstos em legislação e contemplados no edital de regulamentação do concurso público.

Art. 4.º É de exclusiva competência do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo, com a prévia autorização do Governador do Estado, a realização de concursos públicos para provimento de cargo efetivo e emprego público na Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, exceto nos casos em que houver delegação expressa à ADAPAR, podendo haver, inclusive, a delegação de etapas do concurso público a instituições especializadas, sob a supervisão do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo.

GABINETE DO GOVERNADOR



Parágrafo único. O órgão de administração de pessoal do Poder Executivo poderá delegar a execução do todo ou parte das etapas de concurso ao órgão ou entidade para a qual se destina a realização do mesmo, exceto a homologação.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DOS CARGOS, FUNÇÕES DAS CARREIRAS E DO PERFIL PROFISSIONAL

Art. 5.º Compete ao cargo de Fiscal de Defesa Agropecuária, com função de Fiscal de Defesa Agropecuária e na forma do Perfil Profissional:

I – propor, planejar, coordenar, supervisionar, promover e fiscalizar políticas, programas, ações e procedimentos de defesa agropecuária que importem à saúde humana e ao bem-estar animal, à sanidade animal e vegetal, à qualidade higiênico-sanitária dos produtos e subprodutos de origem animal ou vegetal, comestíveis ou não comestíveis, ao comércio e à qualidade dos insumos utilizados nas explorações agropecuárias e dos produtos destinados à alimentação animal;

II – promover e fiscalizar a preservação e o uso do solo agrícola;

III – fiscalizar a certificação sanitária animal e vegetal e o trânsito de animais e de produtos e insumos agropecuários;

IV – estabelecer normas, padrões, critérios e procedimentos técnicos de defesa agropecuária, de inspeção sanitária, de rastreabilidade, de classificação, de credenciamento e descredenciamento de prestadoras de serviços afins à defesa agropecuária e de certificação de estabelecimentos, matérias-primas, insumos agropecuários e produtos e subprodutos de origem animal e vegetal;

V – instituir e manter o cadastro de propriedades, estabelecimentos comerciais de insumos agropecuários, de empresas prestadoras de serviços afins à defesa agropecuária;

VI – credenciar, fiscalizar e auditar laboratórios de análise de produtos e insumos agropecuários e de entidades certificadoras de produtos e serviços de defesa agropecuária;

VII – implantar, coordenar e manter a Rede Estadual de Informação de Defesa Agropecuária – REIDA para integrar as ações de entidades promotoras da defesa, inspeção e certificação agropecuárias;

VIII – acompanhar e disciplinar, em caráter normativo e em sua esfera de competências, o Sistema Estadual de Defesa Agropecuária – SEDA;

GABINETE DO GOVERNADOR



IX – celebrar, nas condições que estabelecer, termo de compromisso de ajuste de conduta e termo de compromisso e fiscalizar os seus cumprimentos;

X – promover a educação conservacionista e sanitária e a divulgação da legislação e serviços de defesa agropecuária.

Parágrafo único. A função de Fiscal de Defesa Agropecuária possui natureza de atividade exclusiva de Estado quando no exercício de suas atribuições que configurem Poder de Polícia Administrativa, na forma desta Lei.

Art. 6.º Aos Fiscais de Defesa Agropecuária, no exercício do cargo, são asseguradas as seguintes prerrogativas funcionais:

I – ter livre acesso a qualquer órgão ou entidade pública, empresa estatal, estabelecimento comercial, industrial e agropecuário, veículos, bem como a qualquer local do território estadual em que estejam situados ou transitem, ou possam transitar, para examinar mercadorias, animais, vivos ou não, vegetais, produtos de origem animal e vegetal e seus derivados, além de arquivos eletrônicos ou não, documentos, papéis, bancos de dados e outros elementos que julgue necessário ao desenvolvimento da ação fiscal ou de desempenho de suas atribuições;

II – requisitar auxílio ou colaboração das autoridades e servidores administrativos do Estado, civis e militares, inclusive para efeitos de busca e apreensão de elementos de prova de infração à legislação zoofitossanitária;

III – possuir cédula de identidade funcional expedida pela ADAPAR;

IV – requisitar das autoridades competentes certidões, informações e execução das diligências necessárias ao desempenho de suas funções;

V – tomar ciência pessoal de atos e termos dos processos de que participar;

VI – não ser constrangido por qualquer modo ou forma a agir em desconformidade com sua consciência ético-profissional;

VII – contar com redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

VIII – direito à permanência, inclusive com veículo, em locais restritos, bem como ter livre acesso a quaisquer vias públicas ou particulares, ou estabelecimento, no exercício de suas atribuições.

GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 7.º Compete ao cargo de Assistente de Fiscalização de Defesa Agropecuária o apoio e subsídio técnico, logístico e administrativo das ações e trabalhos da ADAPAR, dentro das suas competências profissionais legais e das atribuições que lhes forem conferidas inerentes ao cargo assumido, na forma do Perfil Profissiográfico.

Art. 8.º Será adotado Perfil Profissiográfico para a realização de concursos, dimensionamento de pessoal, avaliação de desempenho, movimentação entre unidades organizacionais, linha de promoção, linha de capacitação e demais institutos de desenvolvimento na carreira.

Parágrafo único. Conceitua-se perfil profissiográfico como o documento formal da descrição do cargo e suas funções e das exigências a eles associadas.

Art. 9.º O Perfil Profissiográfico será construído com base nas necessidades detectadas para o exercício e desempenho do cargo e da função, para cada carreira, de acordo com as atividades governamentais e organizacionais e instrumentalizado com:

- I – código do cargo e função;
- II – nome do cargo e da função;
- III – código CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), se houver;
- IV – carga horária e jornada;
- V – exigências profissionais ou escolaridade exigida, em nível de graduação e pós-graduação, para cada classe, seja para ingresso seja para promoção;
- VI – descrição resumo da classe ocupacional, de acordo com a carreira, ou cargo, ou formação exigida ou necessidade da classe;
- VII – classificação das tarefas desempenhadas por classe, indicando o tipo e a natureza das tarefas, mensuráveis quantitativa e qualitativamente;
- VIII – exigências físicas, psicológicas e outras para o ingresso;
- IX – linha de capacitação de acordo com as aptidões, habilidades e competências a serem desenvolvidas;
- X – linha de promoção;
- XI – linhas de mudança de função ou adaptação de função, por fatores de saúde ocupacional e outros decorrentes da inaptidão física, mental, sensorial e outros, de acordo com a Classificação Internacional de Funcionalidades – CIF;

GABINETE DO GOVERNADOR



XII – outros indicadores a serem utilizados para avaliação do cargo e da função, previstos em ato do titular do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo, por iniciativa da ADAPAR.

CAPÍTULO IV

DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 10. O desempenho do cargo e função no serviço público será avaliado por Avaliação Especial de Desempenho para o Estágio Probatório – AVDE, para fins de aquisição de estabilidade, na forma desta Lei e das demais disposições constitucionais e legais vigentes.

§ 1.º O estágio probatório a que se refere o caput do artigo será realizado apenas para funcionário nomeado para cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público de provas ou provas e títulos.

§ 2.º A estabilidade será declarada somente após o processo final de avaliação de desempenho, por ato conjunto do titular do órgão de lotação do funcionário e do titular do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo.

§ 3.º A AVDE será aplicada a ambas carreiras da ADAPAR.

Art. 11. A Avaliação Especial de Desempenho para o Estágio Probatório terá característica de processo administrativo regular, tendo seus resultados força legal para instrução de desligamento do funcionário público.

Art. 12. A Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório avaliará a aptidão, a capacidade, a adaptação, a adequação e a eficiência do funcionário no desempenho das atribuições e tarefas do cargo e função para os quais foi nomeado.

Parágrafo único. Na acumulação legal de cargos públicos, o estágio probatório do funcionário será cumprido de forma independente de cada um dos cargos/funções para o qual tenha sido nomeado.

Art. 13. A Avaliação Especial de Desempenho do Estágio probatório será suspensa nas seguintes situações:

- I – para tratamento da própria saúde;
- II – licença-maternidade pelo prazo constitucional ou infraconstitucional;
- III – licença-paternidade, pelo prazo constitucional ou infraconstitucional;
- IV – doença na família, na forma da legislação vigente;

GABINETE DO GOVERNADOR



V – concorrência a mandato eletivo;

VI – mandato eletivo ou sindical;

VII – assunção de cargo de provimento em comissão no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Estadual, se for exercer funções diversas daquelas previstas no edital de concurso de ingresso na carreira;

VIII – disposição para outras esferas de poder – municipal, estadual, federal;

IX – remoção a pedido para a Administração Direta e Autárquica, com exceção da remoção *ex-officio* para unidades organizacionais, no interesse do órgão em que estiver alocado o funcionário ou no interesse da administração pública.

§ 1.º O retorno do funcionário ao exercício de seu cargo e função retomará a avaliação de desempenho pelo prazo remanescente.

§ 2.º Não será considerado afastamento de cargo e função a assunção, pelo funcionário em estágio probatório, de cargo de provimento em comissão ou função comissionada de confiança no âmbito da ADAPAR e desde que tal cargo seja da estrutura organizacional na qual foi lotado e que seja afim das tarefas desempenhadas pelo seu cargo e função efetivos.

CAPÍTULO V

DA CARGA HORÁRIA, DA JORNADA E DOS REGIMES DE TRABALHO

Art. 14. A carga horária dos cargos e funções constantes das carreiras da ADAPAR é de 180 (cento e oitenta) horas mensais ou 40 (quarenta) horas semanais, incluído o descanso semanal remunerado, com jornada de 8 (oito) horas diárias adotando-se, nos casos específicos, os regimes de trabalho previstos nesta Lei, para atendimento integral do serviço.

§ 1.º Não haverá expediente aos sábados, domingos e feriados nas unidades da ADAPAR, com exceção daquelas tarefas ou atividades que, por sua natureza especial de atendimento ininterrupto não admitam paralisação e adotando-se, neste caso, o Regime de Trabalho em Turnos – RTT ou o Regime de Trabalho de Sobreaviso – RPS, na forma desta Lei.

§ 2.º Aos servidores da ADAPAR que cumprirem a carga horária prevista no *caput* deste artigo farão jus à percepção de vencimento ou subsídio associado, já incluído o descanso semanal remunerado.

GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 15. Cargos e funções que exijam, por força de condições de trabalho, desempenho diferente da carga horária normal ou que prestem serviços aos sábados, domingos e feriados, adotarão o regime de trabalho em turnos, plantão ou sobreaviso, conforme o caso.

Art. 16. Será adotado o Regime de Trabalho em Turnos – RTT, para as atividades com atuação ininterrupta de 24 (vinte e quatro) horas de serviço, e para cargo e função com carga horária de 40 (quarenta) horas, somente quando o quantitativo dos respectivos cargos e funções assim o permitir, sendo 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, com 2 (duas) folgas mensais, para aquele cargo e função com jornada de 8 (oito) horas diárias.

○ **§ 1.º** As folgas previstas no regime 12 x 36 serão instituídas exclusivamente para o Regime de Trabalho em Turnos – RTT, do cargo e função com jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias, para ajustar a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2.º No Regime de Trabalho em Turnos – RTT os dias de atestado médico coincidentes com os dias de folgas, não geram direito à compensação da jornada após o retorno.

§ 3.º No Regime de Trabalho em Turnos – RTT, os intervalos para as refeições durante o serviço serão contados como horas trabalhadas, sendo que a duração de cada intervalo será de, no máximo, 30 (trinta) minutos.

§ 4.º No Regime de Trabalho em Turnos – RTT, será atribuído o pagamento de serviço extraordinário, de natureza indenizatória, somente quando for necessária a permanência no local de serviço ao final do turno e por ausência de escala para o turno seguinte, ou por situação de excepcional interesse da administração.

○ **§ 5.º** O Regime de Trabalho em Turnos – RTT compreenderá, além de dias úteis, sábados, domingos e feriados, sendo devido o pagamento em dobro sobre a hora normal, ou serviço extraordinário, para os dias de escala.

§ 6.º Será pago o Adicional Noturno no Regime de Trabalho em Turnos – RTT, de natureza indenizatória, de acordo com as regras gerais do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo.

Art. 17. Será adotado o Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS nos casos em que, além da jornada diária normal e fora da instituição, seja necessária a disponibilidade ao pronto atendimento das necessidades essenciais de serviço, mediante escala estabelecida para este fim.

GABINETE DO GOVERNADOR



I – Conceitua-se **REGIME DE PLANTÃO DE SOBREAVISO - RPS** como a condição de trabalho de cargo e função submetido a escalas além da jornada diária normal e fora da instituição, para cumprimento de atividades públicas e em razão da natureza especial ou da essencialidade do serviço que assim o exigir, podendo também denominar-se **Regime de Plantão Extra jornada - RPE**.

§ 1.º A escala deverá ser cumprida para o pronto atendimento ao chamado do órgão e, durante o período de espera, não se deve praticar atividades que impeçam o comparecimento ao serviço e o cumprimento do que é exigido do cargo e função.

§ 2.º Cada escala do Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS será de no máximo 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, respeitado intervalo mínimo de 12 (doze) horas.

§ 3.º A remuneração do Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS será na razão de 1/3 (um terço) da hora normal diária do prestador de sobreaviso, calculada exclusivamente sobre o subsídio, ficando vedado qualquer outro cálculo adicional.

§ 4.º O Plantão de Sobreaviso – RPS, quando interrompido por chamado para efetivação do serviço, será remunerado pelas horas efetivamente trabalhadas na forma de serviço extraordinário, cessando o pagamento do terço previsto no parágrafo anterior.

§ 5.º A remuneração do Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS após as 22h00 (vinte e duas) até as 5h00 (cinco) horas do dia seguinte, será sobre a hora normal acrescido de 20% (vinte por cento) referente ao adicional noturno, de acordo com o regramento desta Lei.

§ 6.º O Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS compreenderá, além de dias úteis, também sábados, domingos e feriados.

Art. 18. O Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS e o Regime de Trabalho em Turnos – RTT são incompatíveis entre si.

Art. 19. É competência do titular do órgão de administração de pessoal do Estado autorizar e auditar a execução de serviços em Regime de Trabalho em Turnos - RTT, mediante solicitação e justificativa do titular do órgão, bem como o pagamento da vantagem do Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS, desde que atendidas as suas exigências.

Art. 20. A frequência ao serviço será apurada através de "livro ponto" ou qualquer meio mecânico, elétrico ou eletrônico.

Art. 21. Nos dias úteis, somente por determinação do Chefe do Poder Executivo podem deixar de funcionar os órgãos ou unidades organizacionais ou ser suspensos os seus trabalhos.

GABINETE DO GOVERNADOR



Parágrafo único. Nos casos especiais, em que se deva, por motivo de segurança ou força maior, suspender os trabalhos do órgão ou unidade organizacional, essa medida será determinada pelo seu titular, *ad referendum* do Chefe do Poder Executivo.

Art. 22. Poderá ser adotado banco de horas para fins de compensação de jornadas extras, desde que estas não sejam remuneradas por nenhuma outra vantagem pecuniária.

Parágrafo único. O saldo excedente de horas será aferido a cada mês, não podendo ultrapassar 15 (quinze) dias em um ano e será fruído, obrigatoriamente, em prazo não superior a 1 (um) ano, não podendo os saldos não fruídos, serem levados a conta dos anos subsequentes.

CAPÍTULO VI DOS INSTITUTOS DE DESENVOLVIMENTO NAS CARREIRAS

Art. 23. Serão aplicados os institutos da progressão e promoção para o desenvolvimento nas carreiras previstas na ADAPAR, na forma do Anexo II e combinado com as demais disposições desta Lei.

Art. 24. Conceitua-se PROGRESSÃO como o enriquecimento horizontal do cargo e função, medido pelo aperfeiçoamento das aptidões e habilidades de seu ocupante, na mesma classe, sendo a passagem do funcionário público ativo estável de uma referência de vencimento para referência de vencimento imediatamente superior, tendo como limite a referência final da classe, atendidos os requisitos estabelecidos.

Parágrafo único. A progressão será concedida:

- I – para a referência 2 da classe de ingresso, quando aprovado no estágio probatório;
- II – por antiguidade na carreira, sendo de 1 (uma) referência de vencimento a cada 5 (cinco) anos de efetivo exercício na classe, limitada à última referência salarial da classe, sendo concedida a título de tempo na carreira;
- III – A concessão da referência de vencimento será automática e sempre no mês subsequente ao adimplemento do tempo na classe;
- IV – O tempo a ser computado para fins de concessão de progressão por antiguidade obedecerá:
 - a) a contemplação do tempo de estágio probatório para esse fim;
 - b) estabilidade funcional somente após a aprovação do estágio através da avaliação especial de desempenho para o estágio probatório;

GABINETE DO GOVERNADOR



c) não se contemplará o tempo correspondente a contratos por prazo determinado ou por regime especial, continuados ou não, firmados com o Poder Público, para fins deste artigo; e

d) não se contemplará o tempo correspondente a afastamentos não remunerados, assim previstos nesta Lei bem como o afastamento por disposição funcional para outras esferas de poder.

Art. 25. Conceitua-se **PROMOÇÃO** como o enriquecimento vertical no cargo e função, medido através dos títulos de antiguidade e merecimento, alternadamente, associada à assunção de responsabilidades hierárquicas nas classes, para a referência de vencimento correspondente ao tempo completo na classe imediatamente superior, de acordo com a exigência da classe.

§ 1.º A promoção reflete o ganho de produtividade do serviço ativo.

§ 2.º São títulos da promoção a antiguidade e o merecimento.

§ 3.º Conceituam-se **TÍTULOS** como os critérios a serem utilizados para pontuação para habilitação ou classificação em certames ou processos concorrenciais de promoção, singular ou cumulativamente.

Art. 26. As promoções nas carreiras ocorrerão rigorosamente pelos critérios de antiguidade e merecimento, também denominado mérito, a qualquer tempo em que forem cumpridos os critérios, dentro de uma mesma carreira e cargo, em processo concursal e obedecendo a:

I – estabilidade funcional;

II – interstício de tempo efetivo mínimo de 7 (sete) anos na classe;

III – existência de vaga na classe de destino;

IV – avaliação de outros títulos como o tempo na classe, tempo no serviço público ou tempo para efeitos legais, diplomas e certificados e outros critérios formais, quando assim solicitado ou formalizado em regulamento próprio, para fins de habilitação ou classificação às vagas concorrentes;

V – obtenção de conceito satisfatório nas avaliações de desempenho, quando a esta for submetida;

VI – prova de conhecimentos, com nota mínima 7 (sete), quando esta for aplicada; e

GABINETE DO GOVERNADOR



VII – atendimento aos demais requisitos da classe a que estará concorrendo, formalizado em regulamento próprio ou por ato do Chefe do Poder Executivo, se necessário.

Parágrafo único. A promoção ocorrerá somente dentro da classe correspondente a cada cargo e função.

Art. 27. Se a primeira promoção utilizar o critério antiguidade, a próxima promoção deverá ser, obrigatoriamente, pelo critério mérito ou merecimento.

§ 1.º O critério antiguidade utilizado para a primeira promoção obedecerá ao tempo de 15 (quinze) anos para efeitos legais e mínimo de 10 (dez) anos na carreira de ingresso, se a primeira promoção for sob este critério.

§ 2.º O enquadramento na referência de vencimento da classe de destino, quando da promoção por antiguidade, será sempre na classe imediatamente superior e na referência de vencimento correspondente à quantidade de tempo completo.

§ 3.º Se o servidor for promovido por antiguidade da classe de ingresso para a classe imediatamente superior e não cumprir o requisito de mérito da classe final, não poderá ser promovido para esta classe, permanecendo na referência final da classe até sua aposentadoria.

Art. 28. O critério mérito ou merecimento utilizado para a primeira promoção obedecerá ao tempo de 10 (dez) anos para efeitos legais e completos e mínimo de 7 (sete) anos na carreira e na classe de ingresso, associado à titulação superior à escolaridade exigida para o ingresso e exercício do cargo e função, se a primeira promoção for sob este critério, com pontuação mínima de 61 (sessenta e um) pontos.

Parágrafo único. O enquadramento na referência de vencimento da classe de destino, quando da promoção por mérito, será sempre na classe de destino correspondente ao critério de mérito e na referência de vencimento correspondente à quantidade de tempo completo.

Art. 29. Se a primeira promoção utilizar o critério mérito ou merecimento, a próxima promoção deverá ser, obrigatoriamente, pelo critério antiguidade.

Parágrafo único. O critério antiguidade a ser utilizado para a segunda promoção obedecerá ao tempo mínimo de 25 (vinte e cinco) anos para efeitos legais e mínimo de 14 (quatorze) anos na carreira e na classe, se a segunda promoção for sob este critério.

GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 30. O critério mérito ou merecimento utilizado para a segunda promoção obedecerá ao tempo de 20 (vinte) anos para efeitos legais e completos e mínimo de 10 (dez) anos na carreira e na classe B, associado à titulação superior à escolaridade exigida para o ingresso e exercício do cargo e função ou a títulos a serem fixados por regulamento próprio, com pontuação mínima de 91 (noventa e um) pontos.

Parágrafo único. O enquadramento na referência de vencimento da classe de destino, quando da promoção por mérito, será sempre na classe de destino correspondente ao critério de mérito e na referência de vencimento correspondente à quantidade de tempo completo.

Art. 31. Não haverá promoção por merecimento nos casos de afastamento em virtude de mandato sindical, eletivo ou disposição funcional para outras esferas de poder.

§ 1.º Não haverá promoção de aposentados e geradores de pensão ou nos casos de disponibilidade e afastamentos não remunerados.

§ 2.º A promoção obedecerá ao quantitativo das vagas livres das classes de destino.

§ 3.º A promoção ocorrerá somente para o número de concorrentes habilitados dentro do número de vagas livres existentes na classe de destino.

Art. 32. Para a habilitação por avaliação de títulos, na promoção por mérito ou merecimento, serão computados:

I – 1 (um) ponto para cada ano de tempo de efeitos legais;

II – 1 (um) ponto para cada ano de carreira;

III – 1 (um) ponto para cada ano de cargo;

IV – 5 (cinco) pontos por curso realizado, a cada 20 (vinte) horas, no limite de 15 (quinze) pontos, ou 60 (sessenta) horas;

V – 15 (quinze) pontos por pós-graduação, na modalidade especialização, no limite de 30 (trinta) pontos, ou 2 (duas) especializações, desde que afetas ao cargo e função;

VI – 10 (dez) pontos por curso de aperfeiçoamento, no limite de 10 (dez) pontos, ou 1 (um) curso de aperfeiçoamento;

VII – 20 (vinte) pontos por pós-graduação na modalidade mestrado profissionalizante, no limite de 20 (vinte) pontos, ou 1 (um) mestrado profissionalizante, desde que afeto à área de atuação;

GABINETE DO GOVERNADOR



VIII – 30 (trinta) pontos por pós-graduação na modalidade mestrado, no limite de 30 (trinta) pontos, desde que tal modalidade seja compatível com as tarefas desenvolvidas;

IX – 40 (quarenta) pontos por pós-graduação na modalidade doutorado, no limite de 40 (quarenta) pontos, desde que tal modalidade seja compatível com as tarefas desenvolvidas;

X – 1 (um) ponto por participação como membro em grupos de trabalho, comissões, conselhos, câmaras técnicas, registrada em documento formal, no limite de 5 (cinco) pontos;

XI – 5 (cinco) pontos por presidência ou coordenação de grupos de trabalho, comissões, conselhos, câmaras técnicas, registrada em documento formal, no limite de 5 (cinco) pontos;

XII – 1 (um) ponto por participação como membro em banca examinadora de concurso, comissão julgadora ou júri, auxiliar ou professor de cursos regularmente instituídos, pela realização de trabalho que envolva a reciclagem ou atividade multiplicadora de conhecimento, registrada em documento formal, no limite de 5 (cinco) pontos;

XIII – 15 (quinze) pontos por participação como membro ou par avaliador nas comissões de avaliação de desempenho ou de processo administrativo disciplinar, sendo 5 (cinco) pontos por comissão, no limite de 15 (quinze) pontos ou participação em 3 (três) comissões.

Parágrafo único. Para as funções do cargo de Assistente de Fiscalização da Defesa Agropecuária em que o ingresso não exija nível superior, os cursos de graduação de nível superior que o servidor tenha realizado equivalem aos cursos de pós-graduação descritos no item V neste artigo, sendo computado como tal.

Art. 33. Nos processos promocionais, havendo quantidade maior de concorrentes habilitados do que vagas livres de destino, será realizado processo classificatório para fins de desempate.

Parágrafo único. A classificação dos habilitados consistirá de lista, por classe, contemplando:

I – a maior pontuação quando do processo de habilitação;

II – o maior tempo total para efeitos legais, inclusive tempos averbados, em ordem decrescente, em anos, meses e dias;

III – maior tempo de carreira;

GABINETE DO GOVERNADOR



IV – maior tempo na participação em comissões de avaliação de desempenho.

Art. 34. Para fins de avaliação de titulação escolar formal ou cursos, deverão ser observados os seguintes requisitos:

I – a titulação superior à escolaridade exigida para o ingresso e exercício do cargo e função, deverá ser de graduação e pós-graduação - *lato e strictu sensu* – ofertados por Instituição formal de ensino e sendo considerada apenas uma titulação a cada apresentação, que restará sem eficácia administrativa para as próximas aplicações sob esse título;

II – a titulação referente a cursos deverá ser limitada ao âmbito educacional/profissional e afeta à área de atuação ou ao desempenho do cargo e função, podendo ser de extensão, aperfeiçoamento ou outros assim considerados, que restarão sem eficácia administrativa para as próximas habilitações sob esse título e somente aqueles realizados após junho de 1998.

§ 1.º A titulação, certificados ou diplomas deverão ser de Instituição de Ensino reconhecida legalmente, ou ofertado por instituição formal de ensino ou convalidados pelo Sistema de Escola do Governo mantido pelo Poder Público.

§ 2.º Os certificados ou diplomas não poderão ser computados de forma cumulativa para nenhum outro Instituto de desenvolvimento na carreira.

§ 3.º A avaliação da pertinência da titulação referente a cursos, em relação à função exercida e em relação ao desempenho na função ocupada, ficará a cargo da Unidade de Recursos Humanos de origem e enviada à Escola de Governo que aprovará ou não a titulação, através de Conselho competente.

§ 4.º Sem prejuízo dos demais reconhecimentos e convalidações e para fins do disposto em termos de titulação, considera-se como cursos, eventos de aperfeiçoamento ou capacitação, aqueles promovidos por Entidades Privadas ou Públicas, devidamente reconhecidas no campo de Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos ou nos termos de Educação Profissional.

§ 5.º São considerados como titulação superior à escolaridade exigida para o ingresso e exercício de seu cargo e função, a escolarização ofertada por Instituição Formal de Ensino, comprovada através de diploma ou certificado, acompanhado do respectivo histórico escolar, mediante a apresentação de fotocópia autenticada, ou fotocópia acompanhada do original do diploma ou certificado, devendo, no caso de apresentação de fotocópia acompanhada de original, ser autenticada pelo responsável pela Unidade de Recursos Humanos do órgão de alocação.

§ 6.º São considerados como titulação referente a curso, os cursos no âmbito educacional/profissional, afetos à área de atuação ou ao desempenho do cargo e função, comprovados através de certificado e/ou certidão, onde conste carga horária e mediante apresentação de fotocópia autenticada, ou fotocópia acompanhada do original do certificado e/ou certidão, devendo, no caso de apresentação de fotocópia acompanhada de original, ser autenticada pelo responsável pela Unidade de Recursos Humanos do órgão de alocação.

§ 7.º A pontuação de titulação reconhecida para as carreiras do Poder Executivo será conforme o somatório de horas, sem prejuízo de demais regulamentações.

§ 8.º Para certificados ou certidões que não constar carga horária será atribuída carga horária de 8 (oito) horas, independentemente do período de duração do curso.

§ 9.º Não serão computados número de horas a mais em relação a qualquer curso apresentado durante o processo de habilitação ou classificação e que não tenha sido contemplado, não podendo ser armazenadas as horas remanescentes e não utilizadas como crédito ou banco de horas.

§ 10. Não serão aceitos para efeitos de aplicação deste artigo os diplomas, certificados ou certidões de mesmo grau de escolaridade que a exigida para o ingresso e exercício do cargo e função ou curso de formação específico exigido como condição de ingresso ou exercício no cargo e função.

CAPÍTULO VII **DO SUBSÍDIO E DA REMUNERAÇÃO**

Art. 35. Às carreiras da ADAPAR, aplica-se a seguinte estrutura de remuneração:

I – subsídio, na forma do Anexo III desta Lei;

II – vantagens acessórias permanentes, na forma da legislação em vigor;

III – vantagens Acessórias Transitórias Laborativas, na forma da legislação em vigor.

§ 1.º Conceitua-se SUBSÍDIO como sendo o vencimento ou vencimento básico das carreiras dos servidores regidos por esta Lei, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória de carreira, salvo vantagens acessórias permanentes ou de indenização.

§ 2.º Conceitua-se VENCIMENTO ou VENCIMENTO BÁSICO como a retribuição pecuniária pelo efetivo exercício do cargo e função, expressa em valores absolutos e em moeda corrente.

GABINETE DO GOVERNADOR



§ 3.º Valores absolutos são aqueles expressos em números absolutos e em moeda corrente do país.

§ 4.º Os valores a que se refere o caput deste artigo corresponderão sempre a um nível de vencimento, ou símbolo, fixado em tabela publicada em lei.

§ 5.º O nível do vencimento ou símbolo será expresso pelo indicativo de classe (coluna) e referência (linha), em cuja intersecção se reflete o subsídio sobre o qual incidirão os demais cálculos e vantagens adicionais de remuneração, quando for o caso.

§ 6.º O subsídio de qualquer das carreiras referenciadas nesta Lei não poderá ser inferior ao salário-mínimo vigente no País.

§ 7.º A adoção do subsídio refletirá o tempo de serviço na carreira, na tabela de vencimento.

Art. 36. O subsídio sofrerá reajuste, reposição ou aumento, previsto na lei de revisão geral anual.

Art. 37. A adoção do subsídio não se confunde com a assunção do cargo de provimento em comissão ou função comissionada de confiança referente à estrutura organizacional.

Art. 38. O valor do subsídio será fixado em lei específica de carreira estatutária, sendo vedada a adoção de plos salariais profissionais aplicáveis ao regime celetista.

§ 1.º Conceitua-se VENCIMENTOS como o somatório do subsídio e vantagens acessórias permanentes do exercício do cargo e função, compondo a base contributiva para a inatividade, exceto a parcela a maior de remuneração das férias.

§ 2.º Conceitua-se REMUNERAÇÃO como o somatório dos vencimentos e demais vantagens acessórias transitórias, sejam laborativas, sejam de indenização.

Art. 39. Conceitua-se VANTAGEM ACESSÓRIA PERMANENTE como aquela decorrente do exercício do cargo e função no serviço público, sendo devidas a todas as carreiras.

§ 1.º São vantagens acessórias permanentes do cargo e função:

I – férias, na forma da legislação em vigor, e

II – décimo terceiro salário.

GABINETE DO GOVERNADOR



§ 2.º O décimo terceiro salário compõe a base contributiva para a inatividade na forma das normas constitucionais e legislação previdenciária vigente.

Art. 40. As vantagens acessórias e demais vantagens referidas nesta Lei serão absolutas, sendo vedados quaisquer cálculos relativos, exceto as vantagens assim expressas, como o cálculo do terço de férias, do décimo terceiro, serviço extraordinário ou de plantão e adicional noturno.

Parágrafo único. Conceitua-se VALOR ABSOLUTO como o valor nominal da vantagem, em moeda corrente.

Art. 41. São vantagens acessórias transitórias laborativas do cargo e função, em razão do serviço público as vantagens laborativas do serviço público.

§ 1.º Conceitua-se VANTAGEM LABORATIVA DO SERVIÇO PÚBLICO como aquela em que a concessão é decorrente de situações especiais ou previstas em legislação específica ou em contrapartida do funcionamento de atividades do serviço público, sendo extinto seu pagamento quando da mudança dos fatores, ou do local do exercício ou das condições que ensejaram sua aplicação:

I – serviço extraordinário ou de plantão;

II – adicional noturno;

III – auxílio ou vale-transporte;

IV – auxílio ou vale-alimentação;

V – diárias;

VI – ajuda de custo;

VII – auxílio-funeral;

VIII – salário-família;

IX – sobreaviso.

§ 2.º As vantagens acessórias transitórias laborativas não compõem a base contributiva para a inatividade.

Art. 42. É vedada a criação de quaisquer vantagens cujo fundamento de concessão seja a razão de existência da atividade ou da tarefa do cargo e função.

GABINETE DO GOVERNADOR



CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 43. Os atuais ocupantes do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, no cargo de Agente Profissional, na função de Engenheiro Agrônomo, Médico Veterinário e Biólogo e no cargo de Agente de Execução, nas funções de Técnico de Manejo e de Meio Ambiente e Técnico de Laboratório, lotados no Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária – DEFIS, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, passarão a desempenhar as suas funções junto à ADAPAR, salvo manifestação em contrário, a qualquer tempo, pelo servidor, ou pela Administração.

Parágrafo único. Os servidores do cargo de Agente Profissional a que se refere o caput, com exercício no DEFIS/SEAB, terão as prerrogativas funcionais de Fiscal de Defesa Agropecuária, não havendo alteração em seus cargos no Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

Art. 44. Ficam instituídas as seguintes vantagens, com aplicação exclusiva aos servidores integrantes do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná – QPPE, no cargo de Agente Profissional e Agente de Execução, lotados no Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária – DEFIS, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB e exclusivamente para atendimento ao artigo anterior, conforme o Anexo IV desta Lei:

I – Adicional de Atividade de Fiscalização Agropecuária – AAFA: retribuição financeira, fixada em valor absoluto, de natureza permanente, exclusiva para o cargo de Agente Profissional para atuação na ADAPAR, relativa ao caráter penoso, perigoso, insalubre e com risco de vida, incorporável na forma da legislação previdenciária vigente, sendo vedado o recebimento de qualquer outra vantagem com a mesma natureza;

II – Adicional de Atividade Auxiliar de Fiscalização Agropecuária – AAFA: retribuição financeira fixada em valor absoluto, de natureza permanente, para o cargo de Agente de Execução, funções de Técnico de Manejo e Meio Ambiente e Técnico de Laboratório, para atuação na ADAPAR, relativa ao caráter penoso, perigoso, insalubre e com risco de vida, incorporável na forma da legislação previdenciária vigente, sendo vedado o recebimento de qualquer outra vantagem com a mesma natureza.

Art. 45. As demais atividades de apoio técnico-administrativo, logístico e operacional da ADAPAR serão supridas por servidores que compõem a carreira de Agente de Execução e Agente de Apoio, integrantes do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná – QPPE e por meio de contratação de serviços.

Art. 46. São aplicáveis ao servidor da ADAPAR as disposições da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970 e demais regulamentações, respeitadas as normas especiais contidas nesta Lei.

GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 47. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará as disposições necessárias à execução da presente Lei, por iniciativa da ADAPAR, ouvidas previamente as Secretarias de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, Administração e da Previdência – SEAP, Planejamento e Coordenação-Geral – SEPL e Fazenda – SEFA, nos assuntos pertinentes a cada uma delas.

Art. 48. Fica o Poder Executivo autorizado a readequar as dotações do orçamento do exercício de 2011, no que se refere aos órgãos e entidades atingidos pela presente Lei.

Parágrafo único. Para implementação do disposto no caput deste artigo, fica autorizada a expedição de decretos regulamentares ou a abertura de créditos adicionais, na forma da lei.

Art. 49. Fica ao encargo da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP e da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral – SEPL a responsabilidade pela formulação ou reformulação dos atos organizacionais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual que se fizerem necessários à implantação dos dispositivos desta Lei.

Art. 50. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 21 de outubro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

ANEXO I DA LEI Nº
ESTRUTURA DAS CARREIRAS - ADAPAR



CARREIRA	CLASSES	QUANTIDADE POR CLASSE	CARGO SINGULAR	FUNÇÃO SINGULAR	EXIGÊNCIA MÍNIMA DE INGRESSO
FISCALIZAÇÃO DA DEFESA AGROPECUÁRIA	A	90	FISCAL DA DEFESA AGROPECUÁRIA	BIOLOGO	GRADUAÇÃO
	B	210		ENGENHEIRO AGRONOMO	GRADUAÇÃO
	C	300		MÉDICO VETERINÁRIO	GRADUAÇÃO
TOTAL DO CARGO		600			

CARREIRA	CLASSES	QUANTIDADE POR CLASSE	CARGO SINGULAR	FUNÇÃO MULTIOCUPACIONAL	EXIGÊNCIA MÍNIMA DE INGRESSO
ASSISTÊNCIA À FISCALIZAÇÃO DA DEFESA AGROPECUÁRIA	A	90	ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO DA DEFESA AGROPECUÁRIA	TÉCNICO DE MANEJO E DO MEIO AMBIENTE	2º GRAU PROFISSIONALIZANTE
	B	210			
	C	300			
TOTAL DO CARGO		600			

D. L.
Fls. 23
8.

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 19 de outubro de 2011
OF CEE/G 173/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 25 OUT. 2011

maur
1º Secretário



I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.
Em 25/10/2011
[Signature]
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 74/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR.

Atenciosamente,

[Signature]
CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/SGVFV/JU

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacyr Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fonc: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14119 25/10/2011 13:30:24 PT 0334113 11632.0114 20 13386

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 74/2011

Curitiba, 19 de outubro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR.

Inicialmente, cumpre destacar que o presente Anteprojeto de Lei tem por objetivo fortalecimento da agropecuária paranaense por meio da valorização dos servidores que realizam os serviços públicos estaduais de inspeção e defesa sanitária animal e vegetal.

Para tanto, propõe a criação de carreira própria da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR na estrutura do Poder Executivo, composta pelos cargos de Fiscal de Defesa Agropecuária, com funções singulares de Médico Veterinário e Engenheiro Agrônomo, e de Assistente de Fiscalização da Defesa Agropecuária, com função multicupacional de Técnico de Manejo e do Meio Ambiente e de Técnico de Laboratório.

O provimento de cargos da carreira da ADAPAR ocorrerá paulatinamente, pois os atuais servidores efetivos, no exercício da função de Médico Veterinário e Engenheiro Agrônomo, como também os agentes de execução, na função de Técnico de Manejo e do Meio Ambiente e Técnico de Laboratório, alocados no Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, em face de experiência e capacitação adquiridas, passarão a desempenhar suas funções junto à ADAPAR, em caráter definitivo.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR
Prot. 11.034.776-2 Inph

GABINETE DO GOVERNADOR



A semelhança de outras carreiras típicas do Estado, a importância de distinguir, em especial, o servidor fiscal de defesa agropecuária está no fato de coordenarem e fiscalizarem o cumprimento das leis de inspeção e defesa sanitária animal e vegetal no Estado do Paraná, atribuições que os expõem às responsabilidades e aos riscos próprios do exercício de poder de polícia.

Ainda, no fato da execução dos serviços de defesa e inspeção agropecuária exigir conhecimento e experiência especializados que se aperfeiçoem pelo desenvolvimento das atribuições. A perda de servidores para órgãos e entidades de outros Estados e esferas do Poder Público importa na descontinuidade e atraso na realização desses serviços no Estado do Paraná, de modo a refletir negativamente em sua reputação fito-zoosanitária e dificultar o comércio e conquista de mercados, resultando em elevados prejuízos à coletividade.

A criação da carreira Fiscal de Defesa Agropecuária fortalece e assegura a realização da defesa agropecuária em reconhecimento das singularidades dos serviços prestados, fator determinante à manutenção do território paranaense livre de pragas e doenças, condição essencial ao pleno desenvolvimento da atividade econômica.

Assim, espera-se que Vossas Excelências deem a atenção necessária à presente proposta legislativa, analisando-a, votando favoravelmente e, por consequência, transformando-a em Lei Ordinária, por medida de Inteira Justiça.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO
DIVISÃO DE DESPESA**

Informação nº 257/11

Ref. Minuta de anteprojeto de lei da Agência ADAPAR - SEAB

Protocolo nº 11.034.778-2

Em atenção ao encaminhamento efetuado pela SEPL/COP, referente à Minuta de anteprojeto de lei que dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência ADAPAR, esta Divisão de Despesa tem a informar:


- Por se tratar de recursos cuja fonte 250 – diretamente arrecadada são via multas, taxas e serviços laboratoriais, não havendo dispêndio de recursos do Tesouro do Estado nada temos a opor.

É a informação.

Curitiba, 02 de setembro de 2011.


Rosemeri Bueno Muniz
Divisão de Despesa

Visto:


Marcos Antonio Jagher
Chefe da Divisão de Despesa

DE ACORDO:


Rosemary Escabio
Coordenadora da Administração Financeira do Estado
Encaminhe-se ao DG/SEFA



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

nº 658

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO

INFORMAÇÃO Nº 612/2011

INTERESSADO: SEAB

ASSUNTO: Minuta de anteprojeto de lei que dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência ADAPAR.

PROTOCOLO: nº 11.034.778-2

Visando atender ao disposto no art. 10º do Decreto 1198/2011, reiteramos a Informação Técnica nº 122/2011 GPS/SEAB, à pág 18 do presente protocolo, o qual diz que devido à inexistência da autarquia ADAPAR, também inexistente dotação orçamentária para a mesma, sendo utilizados os seguintes recursos para a criação da mesma:

1. Toda arrecadação não vinculada na Atividade 2.336 - Fundo de Equipamento Agropecuário - FEAP, conforme tabela abaixo. Ressaltamos que para a fonte 250, aproximadamente 50% dos recursos são vinculados ao FUNDEPEC, não podendo ser utilizado para a ADAPAR;

Natureza da Espécie	Fonte de Recursos	Valor a Programar	Valor Programado	Valor Empenhado	Saldo Total
Outras despesas correntes	127	R\$ 565,00	R\$ 565,00	R\$ 0,00	R\$ 1.130,00
	250	R\$ 687.044,00	R\$ 1.557.721,00	R\$ 980.680,63	R\$ 1.264.084,37
Investimentos	250	R\$ 1.226.389,00	R\$ 398.582,00	R\$ 8.616,80	R\$ 1.616.354,20

2. O pessoal da SEAB da área administrativa e dos Grupos Meios (GAS, GPS, GFS e GRHS), que prestará serviço de forma compartilhada entre a SEAB e a ADAPAR;

3. Parte dos recursos de pessoal da atividade 2.325 serão repassados ao ADAPAR, referente aos profissionais que passarão a desempenhar suas funções na agência em caráter definitivo

4. Parte dos recursos da SEAB referentes as despesas de custeio como água, energia, locação, telefone, entre outras.

É a informação.





GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ



DE
1-1 27

Curitiba, em 04 de agosto de 2011.

Rogi Rusch

ROGI LAERCIO RUSCH
Assessor Técnico

Visto, 04/08/2011

Encaminhe-se a Coordenadora da COP/SEPL

Antonio Carlos de Andrade

ANTONIO CARLOS DE ANDRADE
Chefe da Divisão de Economia e Infraestrutura

De acordo, 04/08/2011.

Encaminhe-se à DG/SEPL

Elizabeth Cristina de Azevedo

ELIZABETH CRISTINA DE AZEVEDO
Coordenadora da COP/SEPL



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Fls. 37

SEPL
37
FL.

n1866

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO

INFORMAÇÃO Nº 707/2011

INTERESSADO: SEAB

ASSUNTO: Minuta de anteprojeto de lei que dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência ADAPAR.

PROTOCOLO: nº 11.034.778-2

Visando atender ao disposto no art. 10º do Decreto 1198/2011, reiteramos a Informação Técnica nº 142/2011 GPS/SEAB, à pág 34 do presente protocolo, o qual afirma que:

- A receita semanal da atividade 2.336 - Fundo de Equipamento Agropecuário - FEAP é de R\$318.916,00, sendo R\$153.010,60 corresponde a arrecadação vinculada ao FUNDEPEC, permitindo que R\$165.905,49 mensais sejam utilizados para atender a demanda da ADAPAR. Tal valor corre pelas rubricas 33504100, 33901400, 33903003, 33903004, 33903006, 33903008, 33903010, 33903013, 33903018, 33903020, 33903027, 33903029, 33903033, 33903035, 33903037, 33903912, 33903913, 33903914, 33903920, 33903923, 33903924, 33903928, 33903931, 33903947, 33909200, 33909300, 44905200.

- Os recursos humanos da SEAB, lotados da atividade 2.325 - Gerenciamento da Estrutura Administrativa e Programática da SEAB, serão compartilhados com a ADAPAR. As rubricas por onde correm tais despesas são 31901100 e 31901300.

- As despesas de custeio da SEAB como água, energia, locação, telefone, entre outras, que correm na atividade 2323 - Administração de Serviços de Energia Elétrica, Água e Esgoto, Telefonia, Informática e Transmissão de Dados - , serão compartilhadas com a ADAPAR, pelas rubricas 33903902, 33903906, 33903907, 33903908, 33903963.

- Devido à inexistência da ADAPAR, também inexistem dotações específicas na mesma. Isto somente ocorrerá após ser sancionada a Lei de Criação da Agência.

É a informação.

Ruy



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ



Curitiba, em 18 de agosto de 2011.

Rogí Rusch
ROGI LAERCIO RUSCH
Assessor Técnico

Visto, 18/08/2011

Encaminhe-se a Coordenadora da COP/SEPL

Antonio Carlos de Andrade
ANTONIO CARLOS DE ANDRADE
Chefe da Divisão de Economia e Infraestrutura

De acordo, 18/08/2011.
Encaminhe-se à DG/SEPL

Elizabeth Cristina de Azevedo
ELIZABETH CRISTINA DE AZEVEDO
Coordenadora da COP/SEPL

ANEXO III DA LEI Nº

SUBSÍDIO DAS CARREIRAS - ADAPAR



PARANÁ
ESTADO DO PARANÁ

SUBSÍDIO - FISCAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
A						10.322,33	12.902,91	13.548,00	14.225,46	14.936,74	15.083,57	16.467,75
B						7.401,31	8.511,51	8.037,08	9.363,94			
C	5.054,18	5.812,30	6.102,92	6.408,08	6.728,47							

SUBSÍDIO - ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO DA DEFESA AGROPECUÁRIA

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
A						3.762,11	4.702,63	4.937,76	5.184,65	5.443,89	5.716,08	6.001,88
B						2.825,98	3.249,85	3.412,34	3.582,96			
C	2.021,67	2.324,92	2.441,17	2.563,22	2.691,39							



ANEXO IV DA LEI Nº

ADICIONAL DE ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO



PARANÁ
ESTADO DO PARANÁ

CARREIRA	CARGO	FUNÇÃO	VANTAGEM	VALOR
QPPE	AGENTE PROFISSIONAL	BIÓLOGO		
		ENGENHEIRO AGRÔNOMO MÉDICO VETERINÁRIO	ADICIONAL DE ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA - AAFA	2.396,25
	AGENTE DE EXECUÇÃO	TÉCNICO DE MANEJO E DO MEIO AMBIENTE	ADICIONAL DE ATIVIDADE AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA - AAFM	905,25

D. L.
Fls. 89



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 848/11

Projeto de Lei nº 848/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 74/2011

Súmula: Dispõe sobre os Cargos e Carreiras dos Servidores na Estrutura Organizacional da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, e adota outras providências.

EMENTA: DISPÕE SOBRE CARGOS E CARREIRAS DOS SERVIDORES NA AGÊNCIA DE DEFESA DA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

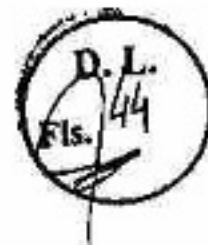
O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo tem por escopo dispor sobre organização das carreiras dos servidores da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, a forma de ingresso na carreira e as competências dos cargos e funções, avaliações de desempenho, carga e jornada de trabalho e demais atribuições.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Ministério Público, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléa Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Corroborar deste entendimento o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléa, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estadual seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que a Divisão de Despesa, vinculada à Coordenação da Administração Financeira do Estado, por sua vez atrelada à Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA declara que o mesmo não importará em aumento de despesa para o Governo: “Por se tratar de recursos cuja fonte 250 – diretamente arrecadada são via multas, taxas e serviços laboratoriais, não havendo dispêndio de recursos do Tesouro do Estado” (fls. 28 do presente projeto).

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei e, no que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




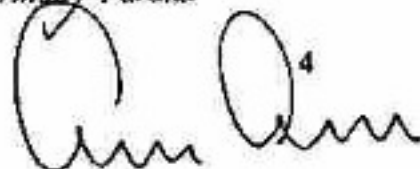
CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revisto de LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE opinamos pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR






REQUERIMENTO



Requer "*Regime de Urgência*" para a votação do Projeto de Lei 848/11, oriundo da Mensagem Governamental nº 074/11.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação do Projeto de Lei 848/11, oriundo da Mensagem Governamental nº 074/11 que dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR, e adota outras providências.

Sala das Sessões, em 01 de novembro de 2011.


Deputado Ademir Traiano
Líder do Governo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 848/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 74/11, que dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, e adota outras providências.

Convém, preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria em questão apresenta Informação nº 257/11, da Coordenação da Administração Financeira do Estado, Divisão de Despesa da Secretaria de Estado da Fazenda, informando não haver dispêndio de recursos do Tesouro do Estado, pois tratar-se de recursos cuja fonte 250 – diretamente arrecadada são via multas, taxas e serviços laboratoriais. Desta forma, atende aos preceitos constantes da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Ainda, observe-se que o objeto da referida proposta, está em consonância com o art. 66, da Carta Estadual, onde denota-se a competência privativa do Governador do Estado.

Isto posto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 07/11/11

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADA MARLA TURECK
RELATORA

[Assinaturas manuscritas]



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE AGRICULTURA



PARECER AO PROJETO DE LEI 848/2011

AUTOR: PODER EXECUTIVO.

**SÚMULA: DISPÕE SOBRE OS CARGOS E
CARREIRAS DOS SERVIDORES NA ESTRUTURA
ORGANIZACIONAL DA AGÊNCIA DE DEFESA
AGROPECUÁRIA DO PARANÁ – ADAPAR E ADOTA
OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O projeto de lei em epígrafe, dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da ADAPAR, Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, a ser criada conforme Projeto de Lei n. 847/2011

O presente projeto de lei já tramitou perante a Comissão de Constituição e Justiça, tendo recebido parecer favorável.

Não há dúvidas de que a criação da agência de defesa agropecuária do Estado do Paraná, pelo que se vislumbra da própria lei, trará benefícios para o desenvolvimento e manutenção do agronegócio do Estado, sendo indispensável a estruturação das carreiras que terão a incumbência de exercer as atribuições da ADAPAR.

O projeto de lei traz a estrutura da carreira, a forma de ingresso, as

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Salette, s/n
Gab. Dep. Hermás Jr – 3. andar
Curitiba-PR, CEP 80.530-911
www.hermasjunior.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE AGRICULTURA




competências, avaliação dos servidores em estágio probatório, carga horária, jornada e regime de trabalho, desenvolvimento da carreira e remuneração,

Pelo exposto, somos de parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei.



HERMAS JUNIOR

PRESIDENTE



EVANDRO JUNIOR

RELATOR



EMENDA MODIFICATIVA E ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 848/11

D. L.

Fls. 58

Súmula: Altera a redação do Art. 1º, inclui o §2º ao art. 5º e altera o Anexo I, do Projeto de Lei nº 848/11, que dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR e adota outras providências.

Art. 1º. O inciso I, do Art. 1º, do Projeto de Lei nº 848/11, passa a contar com a seguinte redação:

"Art. 1º ...

I - Carreira de Fiscalização da Defesa Agropecuária, estruturada em 3 (três) classes de referências contínuas, composta pelo cargo singular de provimento efetivo de Fiscal da Defesa Agropecuária, com funções singulares de Médico Veterinário, Zootecnista, Engenheiro Agrônomo e Biólogo e nas quantidades previstas, por classe, na forma do Anexo I desta Lei."

Art. 2º. Fica incluído o parágrafo 2º ao art. 5º, do Projeto de Lei nº 848/11, com a seguinte redação:

"Art. 5º ...

§2º. A fiscalização dos aspectos relacionados à sanidade animal e vegetal será realizada exclusivamente por médicos veterinários e engenheiros agrônomos.

Art. 3º. O parágrafo único do art. 5º do Projeto de Lei 848/11 passa a ser numerado como § 1º.

Art. 4º. O Anexo I, do Projeto de Lei nº 848/11, fica modificado, acrescentando-se a **Função Singular de Zootecnista** na Carreira de Fiscalização da Defesa Agropecuária, no Cargo Singular de Fiscal da Defesa Agropecuária, com exigência mínima de ingresso de "graduação", à Carreira de Fiscalização. Assim, o Anexo I passa a vigorar na forma do Anexo apensado a presente Emenda Modificativa.

Sala das Sessões,

Nernando Scanavaca
Deputado Estadual
Líder do PDT

DE. NELSON WILSEN

DE. BILIO ROSSI

DE. ADRIANO TRAVASSOS

DE. CARLOS ALBERTO LIMA

DE. ACESSI

DE. FRANCISCO BÜCKER



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa

ANEXO I DA LEI Nº
ESTRUTURA DAS CARREIRAS – ADAPAR

CARREIRA	CLASSES	QUANTIDADE POR CLASSE	CARGO SINGULAR	FUNÇÃO SINGULAR	EXIGÊNCIA MÍNIMA DE INGRESSO
FISCALIZAÇÃO DA DEFESA AGROPECUÁRIA	A	90	FISCAL DA DEFESA AGROPECUÁRIA	BIÓLOGO	GRADUAÇÃO
	B	210		ENGENHEIRO AGRÔNOMO	GRADUAÇÃO
	C	300		MÉDICO VETERINÁRIO	GRADUAÇÃO
TOTAL DO CARGO		600		ZOOTECNISTA	GRADUAÇÃO

CARREIRA	CLASSES	QUANTIDADE POR CLASSE	CARGO SINGULAR	FUNÇÃO MULTIOCCUPACIONAL	EXIGÊNCIA MÍNIMA DE INGRESSO
ASSISTÊNCIA À FISCALIZAÇÃO DA DEFESA AGROPECUÁRIA	A	90	ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO DA DEFESA AGROPECUÁRIA	TÉCNICO DE MANEJO E DO MEIO AMBIENTE	2º GRAU PROFISSIONALIZANTE
	B	210			
	C	300			
TOTAL DO CARGO		600			



JUSTIFICATIVA

O projeto de Lei nº 848/11, de iniciativa do Poder Executivo – Mensagem nº 74/11, dispôs sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, prevendo para o provimento dos cargos de **Fiscal da Defesa Agropecuária**, as funções singulares de **Médico Veterinário, Engenheiro Agrônomo e Biólogo**.

O referido projeto de Lei, no seu Capítulo III – Das Competências dos Cargos, Funções das Carreiras e do perfil Profissiográfico, no Art. 5º, incisos I a X – estabeleceu as competências do cargo de Fiscal de Defesa Agropecuária, o que nos leva à constatação de que se faz necessária a inserção, entre os técnicos de nível superior, aptos para o exercício das atividades ali descritas, o profissional **Zootecnista**.

A Lei Federal nº 5.550, de 04 de dezembro de 1968, estabelece como competências privativas dos Veterinários e Zootecnistas: i) o planejamento e a realização de pesquisas visando informar e orientar a criação dos animais domésticos, em todos os seus ramos e aspectos; ii) a promoção de medidas que visem ao fomento da produção dos animais domésticos, inclusive sua adaptação ao meio ambiente; iii) a supervisão técnica das exposições oficiais e das estações experimentais destinadas à criação de animais domésticos; e iv) participação nos exames a que os animais venham a ser submetidos para efeito de inscrição em Sociedades de Registro Genealógico.

A importância do Zootecnista para as atividades de inspeção aos estabelecimentos que se dedicam à fabricação, manipulação, fracionamento ou importação dos produtos de origem animal se reforça quando analisamos outros instrumentos legais, como o Decreto nº 6.296, de 11 de dezembro de 2007, que regulamentou a Lei nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974, exigindo que profissionais da Engenharia Agrônoma, da Medicina Veterinária ou da Zootecnia ali exercessem suas atividades de forma presencial.



Veja-se, ainda, que as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Zootecnia, contemplam campos do saber extremamente compatíveis com as competências estabelecidas para o cargo de **Fiscal da Defesa Agropecuária**, quais sejam: I – Morfologia e Fisiologia Animal; II – Higiene e Profilaxia Animal; III – Ciências Exatas e Aplicadas; IV – Ciências Ambientais; V – Ciências Agrônomicas; VI – Ciências Econômicas e Sociais; VII – Genética, Melhoramento e Reprodução Animal; VIII – Nutrição e Alimentação; e IX – Produção Animal e Industrialização – cada qual com uma série de exigências curriculares vinculadas ao setor.

Assim, se dentre as competências estabelecidas pelo Projeto de Lei 848/11 estão, entre outras - a de fiscalizar a certificação sanitária animal e vegetal e o trânsito de animais e de produtos e insumos agropecuários; estabelecer normas, padrões, critérios e procedimentos técnicos de defesa agropecuária, de inspeção sanitária, de rastreabilidade, de classificação, de credenciamento e descredenciamento de prestadoras de serviços afins à defesa agropecuária e de certificação de estabelecimentos, matérias-primas, insumos agropecuários e produtos e subprodutos de origem animal e vegetal – nada mais adequado que se promova a adequação das funções singulares ali estabelecidas, incluindo-se os Zootecnistas.

Ressalte-se, por pertinente e importante, que a presente proposta de Emenda preserva o total de vagas do cargo de Fiscais da Defesa Agropecuária, prevista na proposta original, de 600 (seiscentas).

Imperioso destacar ainda que a presente emenda garante que a fiscalização dos aspectos relacionados à sanidade animal e vegetal será realizada exclusivamente por médicos veterinários e engenheiros agrônomos, por ser esta prerrogativa exclusiva destes profissionais.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Pércles de Mello*

\$



**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 848/11 – MENSAGEM Nº
74/2011**

Súmula: Altera o art. 1º e incisos do Projeto de Lei nº 848/2011, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, e adota outras providências.

Com base no art. 136, § 4º¹ do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, apresenta-se a seguinte emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 848/2011, de autoria do Poder Executivo, passando o seu art. 1º a ter a seguinte redação:

Art. 1º. Ficam estabelecidas a estrutura, as atribuições e demais tens de organização das carreiras dos servidores da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, que são:

I – Carreira de Fiscalização da Defesa Agropecuária, estrutura em 3 (três) classes de referências contínuas, composta pelo cargo singular de provimento efetivo de Fiscal da Defesa Agropecuária, com funções singulares de Médico Veterinário, Zootecnista, Engenheiro Agrônomo e Biólogo e nas quantidades previstas, por classe, na forma do Anexo I desta Lei.

O anexo I mencionado no art. 1º, inciso I, desta Lei, no tópico referente aos cargos de agentes profissionais, passa a vigorar acrescido da profissão de

¹ Art. 136. Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra.
(...)

§ 4º. Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

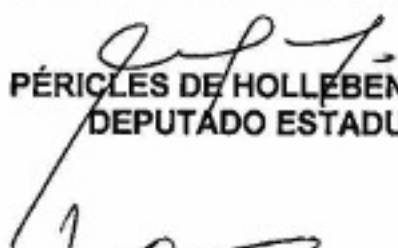
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



Zootecnista, em número de 60 vagas, passando a graduação de Médico Veterinário a dispor de 240 cargos.

Sala de Sessões, 12 de março de 2012.


PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
DEPUTADO ESTADUAL


DEP. ENZO VEZZI


DEP. CAIO


DEP. ELTON
WEILER


DEP. LUCIANA
RAPPAIGNIN


DEP. ADEMIR
BIERI



JUSTIFICATIVA

De início, cabe destacar a importância da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, que terá como finalidade institucional a promoção da defesa agropecuária e da inspeção sanitária dos produtos de origem animal; a prevenção; o controle e a erradicação de doenças dos animais e de pragas vegetais de interesse econômico ou de importância à saúde da população e à segurança, bem como a regularidade e a qualidade dos insumos de uso da agricultura e na pecuária, garantindo a produção agrícola e agroindustrial em condições sanitárias para acesso a qualquer mercado.

Nesse contexto, a emenda modificativa proposta no presente momento visa inserir a função de zootecnista no quadro de profissionais que irão atuar na ADAPAR- Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, pelo fato destes profissionais atuarem como fiscais agropecuários. Ainda, o zootecnista é responsável pelo estudo e controle da reprodução, aprimoramento genético e nutrição de animais criados com fins comerciais, que visam aumentar a produção e melhorar a qualidade dos produtos de origem animal. Além disso, os zootecnistas realizam, em seu campo de atuação, experiências com alimentação, aliadas às pesquisas de maneiras para garantir as condições de higiene e de prevenir e combater doenças e parasitas, para melhorar a saúde dos rebanhos e a qualidade dos produtos derivados.

O número de cargos disponibilizados por esta emenda – 60 cargos – apenas reduz os cargos anteriormente colocados para serem assumidos por médicos veterinários, profissão que contém a maioria esmagadora dos cargos da carreira de Fiscalização da Defesa Agropecuária. Assim, os médicos veterinários ocuparão 240 cargos, enquanto que os zootecnistas passarão a ocupar 60 cargos de Fiscal.

Desse modo, considerando que a emenda tem a única e exclusiva finalidade de aperfeiçoar a Lei criadora da agência, apenas dividindo os cargos disponibilizados entre profissões que podem atuar nas áreas que são objeto de atuação da instituição em comento, nada impede sua aprovação pelo Plenário.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Péricles de Mello



Destaca-se, desde logo, que do ponto de vista constitucional ou legal, a presente emenda não encontra qualquer óbice. Pois bem, ressalta-se que processo legislativo estadual deve respeitar, necessariamente, o processo legislativo tal como disposto na Constituição Federal, posto que as normas referentes a tal processo são de observância obrigatória nas Constituições Estaduais. Nessa esteira, a única disposição constitucional proibitiva, em relação aos Projetos de Lei de iniciativa do Poder Executivo, consta no art. 63, da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 63. Não será admitido aumento da despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º;

Mas está claro que a emenda não esbarra nesta proibição, na medida em que não aumenta gastos públicos, apenas divide os cargos criados em mais carreiras, a fim de incluir e fazer justiça aos profissionais da área de zootecnia.

Pelo exposto, contando com a compreensão dos demais Parlamentares, uma vez que o Projeto não modifica substancialmente o Projeto de Lei do Poder Executivo e tampouco cria gastos, a aprovação do mesmo se mostra absolutamente necessária.

Curitiba, 03 de abril de 2012.


PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
DEPUTADO ESTADUAL



EMENDA DE BUREAU 03
SUBSTITUTIVA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO

DATA: 17/04/12



EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI 848/2011

SÚMULA: Dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência de defesa Agropecuária do Paraná- ADAPAR.

Art. 1º. O artigo 43 do Projeto de Lei nº 848/2011 passa a contar com a seguinte redação:

Art. 43. Ficam transformados os cargos dos atuais servidores efetivos do Quadro Próprio do Poder Executivo, integrantes do Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária (DEFIS) da seguinte maneira:

I - Os cargos de Agente Profissional, na função de Engenheiro Agrônomo, Médico Veterinário e Biólogo ficam transformados em cargos de Fiscal de Defesa Agropecuária;

II - Os cargos de Agente de Execução, nas funções de Técnico de Manejo e Meio Ambiente e Técnico de Laboratório ficam transformados em cargos de Assistente de Fiscalização da Defesa Agropecuária.

§ 1º - Os cargos transformados serão automaticamente extintos no Quadro Próprio do Poder Executivo.

§ 2º - Os servidores que optarem pela transformação de seus cargos serão inseridos nas tabelas de subsídios da ADAPAR, constantes do Anexo III, em referência correspondente à remuneração que percebem ou, em não existindo correspondência exata, na referência imediatamente superior.

14:48 17/04/2012 002208 DE ASSUNTO: LEGISLAÇÃO DO PARANÁ

DEPUTADO ESTADUAL
DEP. TÂNIO

DEP. FERNANDO

DEP. RASCA

DEP. FERNANDO BUNDEL

DEP. ANDRÉ BUENO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como escopo a transformação dos cargos dos atuais servidores do QPPE, integrantes do DEFIS, em cargos de Fiscal de Defesa Agropecuária ou de Assistente de Fiscalização da Defesa Agropecuária, para que esses profissionais possam efetivamente auxiliar nos trabalhos da ADAPAR.

R

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNOD. L.
Fls. 68

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI 848/2011

SÚMULA: Dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência de defesa Agropecuária do Paraná- ADAPAR.

Art. 1º. O artigo 44 do Projeto de Lei nº 848/2011 passa a contar com a seguinte redação, suprimindo-se os seus incisos:

Art. 44. A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, em decorrência da implementação da Lei Estadual nº 17.026, de 20 de dezembro de 2011, recebe em transferência os bens, direitos e créditos e assume as obrigações decorrentes dos contratos, acordos, convênios, termos de ajuste e outros compromissos de natureza jurídica estabelecidos pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento por meio do Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária – DEFIS.”

DEPUTADO ESTADUAL

Justificativa

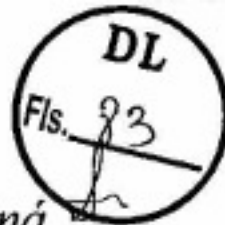
A presente emenda tem como objetivo alterar a atual redação do art. 44 do Projeto de Lei 848/11, tendo em vista que o seu objeto já possui previsão no art. 13 da Lei Estadual 17.026/2011, não havendo necessidade de nova regulamentação. Sendo assim, o dispositivo precisa ser alterado.

A emenda visa ainda garantir que a ADAPAR receba em transferência os bens, direitos e créditos e assuma as obrigações decorrentes dos contratos, acordos, convênios, termos de ajuste e outros compromissos de natureza jurídica estabelecidos pela SEAB por meio do Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária – DEFIS.

RASCIA



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER DAS EMENDAS DE PLENÁRIO Nº 01 (f. 58), Nº 02 (f. 62/63), Nº 03 (f. 66) E Nº 04 (f. 68), OFERECIDAS AO PROJETO DE LEI 848/2011

Projeto de Lei nº 848/11

Autores das emendas: Deputado Fernando Scanavaca (Emenda nº 01), Deputado Péricles Holleben Mello (Emenda nº 02), e Deputado Ademar Traiano (Emendas nº 03 e 04)

Súmula: Dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, e adota outras providências.

EMENTA: ARTS. 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. EMENDA 01: ACRESCENTA A FUNÇÃO SINGULAR DE ZOOTECNISTA NA CARREIRA DE FISCALIZAÇÃO DA DEFESA AGROPECUÁRIA. LEGALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO. EMENDA 02: CRIA 60 CARGOS PARA ZOOTECNISTA, RETIRADOS DOS 300 CARGOS PREVISTOS COMO DA CLASSE C. CONFUSÃO ENTRE A ESTRUTURA DE CLASSES DAS CARREIRAS E A FUNÇÃO SINGULAR. ILEGALIDADE. PARECER PELA REJEIÇÃO. EMENDA 03: MODIFICA ART. 43 DO PL. CONSTITUCIONAL. LEGAL. PARECER PELA APROVAÇÃO. EMENDA 04:

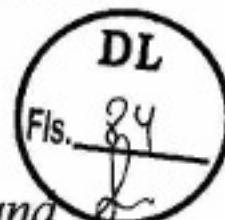
Concedido vista.

Em 23/04/12

Tadeu Venesini
CCJ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



**ALTERA ART. 44 DO PL.
CONSTITUCIONAL. LEGAL. PARECER
PELA APROVAÇÃO.**

PREÂMBULO

As presentes emendas de plenário ao Projeto de Lei, a primeira de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, a segunda do Deputado Péricles Holleben Mello, a terceira e quarta de autoria do Deputado Ademar Traiano.

FUNDAMENTAÇÃO

Cumpre, inicialmente, esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade das Emendas apresentadas, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa:

Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 85

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Verifica-se que, quanto a isto, todas as quatro emendas analisadas respeitaram o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a foram propostas no início da 2ª Discussão em Plenário e todas apoiada por mais de cinco Deputados, conforme inclusive certidão da Diretoria Legislativa (f. 69).

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como aditiva, vide §4º deste mesmo artigo, aquela proposição que se acrescenta à outra.

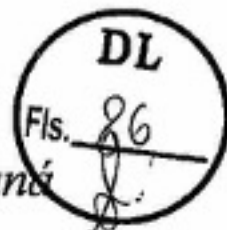
Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.
(grifo nosso).

Destarte, verifica-se que, formalmente, consoante o previsto no Regimento Interno, as emendas se encontram coerentes, não encontrando nenhum empecilho regimental para se analisar sua legalidade e constitucionalidade, o que se passa a fazer adiante:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I – Emenda de Plenário nº 01.

A Emenda Modificativa e Aditiva de Plenário nº 01 (f. 58), de autoria do nobre Deputado Fernando Scanavaca, visa alterar o inc. I do art. 1º, bem como incluir um §2º no art. 5º, com o objetivo de acrescentar a “função singular de zootecnista” Projeto de Lei 848/2012.

É de se ressaltar que a presente Emenda não cria cargos, eis que mantém em seu anexo (f. 59) o mesmo total de 600 (seiscentos) cargos, mas apenas cria a função singular de zootecnista, com exigência de graduação, sem especificar seu número, mas ficando ressaltado, pela tabela (f. 59), que o total de cargos de biólogos, engenheiros agrônomos, médicos veterinários e zootecnistas perfazem um total de 600 cargos, sendo suas classes atingidas conforme anexo II do Projeto que continua inalterado.

Assim, a presente Emenda de Plenário está coerente com os ditames constitucionais.

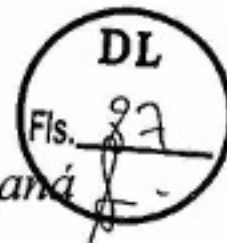
Por fim, inexistem óbices quanto à técnica legislativa, disciplinada pela Lei Complementar Federal nº 95/98.

II – Emenda de Plenário nº 02.

Conforme argumentação utilizada para análise da Emenda de Plenário 01, respaldada no Regimento Interno desta Casa Legislativa, com especial referência aos artigos 33-A, I, 141, I e 137, § 4º, verifica-se que foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por mais de cinco Deputados (fls. 62/63 do PL).



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Cumprе ressaltar que a presente Emenda tem o mesmo objetivo da Emenda de Plenário nº 01 no que tange a criar o cargo de **Zootecnista**.

Ocorre que a presente Emenda está eivada de vício, eis que confunde o número de integrantes da Classe C (tabela de f. 23), que totalizam 300 (trezentos), entendendo como se fossem o número de Médicos Veterinários, para, daí retirar 60 (sessenta) ao cargo de Zootecnista.

Assim, verifica-se que a presente emenda confunde o número de Classes (previsto no lado esquerdo da tabela) com o número de função singular (previsto do lado direito).

Desta forma, não há como prevalecer a presente Emenda, eis que acaba por alterar não só o contido no Anexo I do Projeto, mas por confundir o acesso às Classes com o acesso às funções singulares.

Assim, a presente Emenda está eivada de ilegalidade, merecendo rejeição.

II – Emenda de Plenário nº 03.

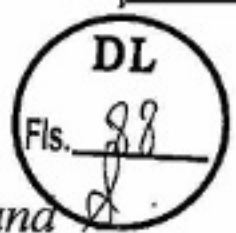
Conforme argumentação utilizada para as outras análises, verifica-se que foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por mais de cinco Deputados (fls. 66 do PL).

Cumprе ressaltar que a presente Emenda tem como objetivo alterar a redação do art. 43 do presente Projeto, estando coerente com os ditames constitucionais e inexistindo óbices quanto à técnica legislativa, disciplinada pela Lei Complementar Federal nº 95/98

II – Emenda de Plenário nº 04.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Conforme argumentação utilizada para as outras análises, verifica-se que foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por mais de cinco Deputados (fls. 68 do PL).

Pondera-se que a presente Emenda Modificativa altera o art. 44 do presente Projeto de Lei e altera sua redação.

Em sua justificativa, o nobre parlamentar argumenta, com razão, que o previsto no atual art. 44 do PL já está preconizado no art. 13 da Lei Estadual 17.026/2011, sendo desnecessária a repetição legislativa e aproveita para, com a nova redação do artigo, "que a ADAPAR receba em transferência os bens, direitos e créditos e assuma as obrigações decorrentes dos contratos, acordos, convênios, termos de ajuste e outros compromissos de natureza jurídica estabelecidos pela SEAB por meio do Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária – DEFIS".

Verifica-se, portanto, que está coerente com os ditames constitucionais e inexistem óbices quanto à técnica legislativa, disciplinada pela Lei Complementar Federal nº 95/98, merecendo aprovação.



CONCLUSÃO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** das
Emendas de Plenários sob nº 01, nº 03 e nº 04, e, ato contrário, pela
REJEIÇÃO da Emenda de Plenário sob nº 02.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2012.

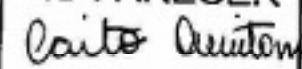
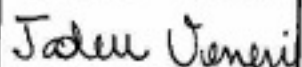

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK

RELATOR

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE AGRICULTURA



**PARECER ÀS EMENDAS DE PLÊNÁRIO APRESENTADAS AO PROJETO
DE LEI Nº 848/2011**

O Projeto de Lei nº 848/2011 dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, e adota outras providências.

Foram apresentadas 4 (quatro) emendas de plenário ao projeto em análise, quais sejam:

- A) Emenda 01, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, a qual pretende alterar o art. 1º, inciso I; incluir o parágrafo 2º ao art. 5º; e modificar o Anexo I.
- B) Emenda 02, de autoria do Deputado Péricles de Mello, a qual foi rejeitada pela Comissão de Constituição e Justiça.
- C) Emenda 03, de autoria do Deputado Ademar Traiano, a qual pretende alterar a redação do art. 43.
- D) Emenda 04, de autoria do Deputado Ademar Traiano, a qual pretende alterar a redação do art. 44.

Considerando o impacto destas emendas, e com fulcro no que dispõe o art. 29, § 1º, inciso II, e o art. 30, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, requereu-se à Diretoria Legislativa o encaminhamento do projeto a esta Comissão, para elaboração de parecer.

Encaminhado o projeto e suas emendas para análise, passa-se a relatá-las.

Observa-se que todas as emendas apresentadas aperfeiçoam o projeto, não havendo objeções para que sejam analisadas pelo plenário.

Todavia, a emenda 03 necessita de pequenas alterações, as quais são propostas na subemenda em anexo.

A emenda 02 não foi objeto de análise, tendo em vista já ter sido rejeitada pela Comissão de Constituição e Justiça.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE AGRICULTURA



Cabe ressaltar que o Presidente desta Comissão Deputado Hermas Junior, o Vice-Presidente Deputado Pedro Lupion, bem como o Deputado Rasca Rodrigues encontram-se ausentes. Sendo assim, assume a presidência o Deputado Cleiton Kielse, na forma do art. 41, § 1º, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Pelo exposto, esta Comissão manifesta-se favoravelmente às emendas apresentadas. Todavia, com relação à emenda 03, o parecer é favorável, na forma da subemenda em anexo.

Presidente
Cleiton Kielse

Relator

30/04/12
Adelino
Ribeiro
RELATOR

Élio
Rusch

Evandro Jr.

SUBEMENDA À EMENDA DE PLENÁRIO Nº 03 APRESENTADA AO
PROJETO DE LEI 848/2011

SÚMULA: Dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência de defesa Agropecuária do Paraná- ADAPAR.

Art. 1º. O artigo 43 do Projeto de Lei nº 848/2011 passa a contar com a seguinte redação:

Art. 43. Salvo manifestação em contrário, ficam transformados os cargos dos atuais servidores efetivos do Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE), integrantes do Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária (DEFIS) da seguinte maneira:

I - Os cargos de Agente Profissional, na função de Engenheiro Agrônomo, Médico Veterinário e Biólogo ficam transformados em cargos de Fiscal de Defesa Agropecuária;

II - Os cargos de Agente de Execução, ocupados por profissionais com formação em Técnico Agrícola ou Técnico em Agropecuária e que exercem a função de Técnico de Manejo e Meio Ambiente, bem como os cargos ocupados por profissionais que exercem a função de Técnico em Laboratório, ficam transformados em cargos de Assistente de Fiscalização da Defesa Agropecuária.

§ 1º - No prazo de até 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei, os servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo de que trata este artigo deverão optar pela transformação ou não dos seus cargos.

§ 2º - Os servidores que optarem por permanecer no QPPE exercerão suas funções na ADAPAR, sem prejuízo do Adicional de Atividade de Fiscalização Agropecuária – AAFA ou do Adicional de Atividade Auxiliar de Fiscalização Agropecuária – AAFA de que trata o art. 13, da Lei nº 17.026, de 20 de dezembro de 2011.

§ 3º - Os cargos transformados serão automaticamente extintos no Quadro Próprio do Poder Executivo.

§ 4º - Os servidores que optarem pela transformação de seus cargos serão inseridos nas tabelas de subsídios da ADAPAR, constantes do Anexo III, em referência correspondente à remuneração que percebem ou, em não existindo correspondência exata, na referência imediatamente superior.

Adelino



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À SUBEMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 848/11

Projeto de Lei nº 848/11

Autor da Subemenda: Comissão de Agricultura

Súmula: Dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, e adota outras providências.

EMENTA: SUBEMENDA PROPOSTA PELA COMISSÃO DE AGRICULTURA À EMENDA DE PLENÁRIO Nº 03 AO PROJETO DE LEI 848/2011. POSSIBILIDADE. ARTS. 29, 33-A, 138 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tinha como objetivo dispor sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR e adota



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

outras providência, sendo que recebeu parecer favorável, da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Ademar Traiano.

Ocorre que, recebeu Subemenda proposta pelo relator na Comissão de Agricultura. Por esta razão é que a referida Subemenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifos nossos)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta pelo relator na Comissão de Agricultura.

Ainda, o artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, dispõe que às comissões permanentes compete apresentar subemendas:

Art. 29. A Assembleia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º As comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III – apresentar substitutivos, emendas e subemendas.
(grifos nossos)

Neste sentido dispõe o art. 138 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 138. A emenda apresentada a outra denomina-se subemenda.

Verifica-se, portanto, que está coerente com os ditames constitucionais e inexistem óbices quanto à técnica legislativa, disciplinada pela Lei Complementar Federal nº 95/98, merecendo aprovação.



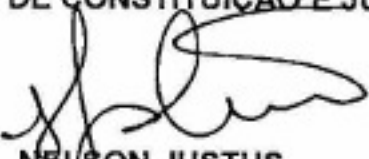
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Submenda proposta pela Comissão de Agricultura.

Sala das Comissões, em 08 de maio de 2012.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA


NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

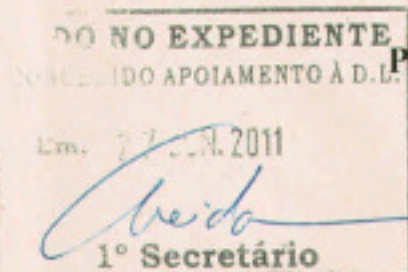

PR. EDSON PRACZYK
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO

D. L.
Fls. 02
J.



PROJETO DE LEI Nº 538 /2011

SÚMULA: INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ, O DIA 06 DE OUTUBRO COMO O DIA DO TURISMO REGIONAL.

Art. 1º - Fica instituído, no calendário oficial do estado do Paraná, o Dia do Turismo Regional, a ser comemorado, anualmente, no dia 06 de outubro.

Art. 2º - Essa lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 2011.


DOUGLAS FABRÍCIO
Deputado Estadual

15:53 27/06/2011 004951 04P ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO



JUSTIFICATIVA

No Brasil comemora-se no dia 13 de Junho o Dia do Turista e no dia 27 de Setembro o Dia Mundial do Turismo. A apresentação desse projeto de lei serve como um incentivo institucional para o fortalecimento da cultura da regionalização do turismo em prol dos roteiros integrados disseminados pelo Brasil, frutos do empreendedorismo turístico com visão de territórios sustentáveis.

O turismo regional tem como objetivos:

- Trabalhar os elos da cadeia turística numa promissora escola de negócios do Turismo;
- valorizar a cultura regional atuando em eventos gastronômicos, na produção de artesanatos e na agroecológica -industrial;
- atuar pela educação e preservação ambiental em sintonia com a geração de oportunidades de trabalho e renda;
- promover a excelência no atendimento das pessoas através de educação profissional;
- promover o engajamento dos municípios agência de fomento, empresas, entidades associativas, sindicatos e sociedades, órgãos governamentais, meios de comunicação e setores universitários, visando associar educação, cultura e negócios em modelos sustentáveis.
- promover a qualificação profissional do trabalhador no mercado de trabalho através da educação profissional, do resgate da cultura local e regional e da democratização do acesso à tecnologia de informação.
- executar programas e incentivo na geração de oportunidades de renda, através do ensino de práticas produtivas e associativistas de valor cultural e/ou econômicos;
- promover o fomento de ações que contribuam para manter viva a memória relacionada com os usos, costumes e tradições da diversidade cultural brasileira, promoção da arte e da defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- captar turistas e comercializar serviços de lazer e viagens em parceria com empreendimentos da cadeia turística regional;
- promover a articulação na criação de estágios e colocação de treinandos no mercado de trabalho;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 04
7

Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO

– promover a produção de trabalhos escritos e audiovisuais, publicações, revistas, livros etc., bem como a realização de seminários, cursos, debates, conferencias, congressos e mostras sobre as atividades fins;

– promover a prestação de serviços com fornecimento de conhecimento e intermediação de bens culturais de qualquer tipo com informação e dados produzidos através da instituição, bem como de assinaturas em espaços virtuais (home-page), de projetos de produtos de divulgação (folhetos, revistas, jornais e catálogos);

– desenvolver atividades de preservação ambiental;

– promover o voluntariado;

– promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

– promover caravanas técnicas ou outras que venham contribuir para o incentivo do turismo regional;

– prestar serviços de assessoria em marketing, paisagismo, engenharia, arquitetura e urbanismo de interesse turístico;

– prestar serviços em assuntos relacionados ao lixo, tais como: educação, coleta seletiva, tratamento e reciclagem, tendo em vista que, onde há lixo não há turistas;

– as atividades acima previstas serão executadas direta ou indiretamente mediante projetos, programas, planos de ação, por meio de recursos próprios e/ou por parcerias com organizações do terceiro setor e órgãos do setor público que atuem em áreas afins;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 538/11

Projeto de Lei nº 538/11

Autor: Deputado Estadual Douglas Fabrício

Súmula: Fica inserido no Calendário Estadual o "Dia do Turismo Regional", a ser comemorado anualmente, no dia 06 de outubro.

EMENTA: INTITUI O DIA ESTADUAL DO TURISMO REGIONAL. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 e 190 da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Douglas Fabrício, objetiva instituir o Dia do Turismo Regional, a ser comemorado no dia 06 de outubro de cada ano.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO**



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 13
C

PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 14
C

defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 15
C

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

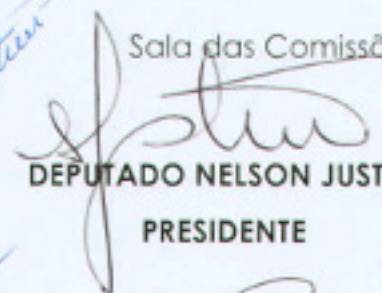
Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

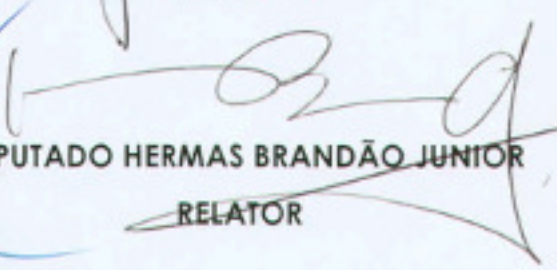
Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 04 de Outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR
RELATOR



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 538/2011

Projeto de Lei nº. 538/2011

Autor: Deputado Douglas Fabrício.

Súmula: Institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná o dia 06 de outubro como o Dia do Turismo Regional

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Douglas Fabrício, visa instituir no Calendário Oficial do Estado do Paraná o Dia do Turismo Regional, a ser comemorado, anualmente, no dia 06 de outubro.

A data tem por objetivo chamar a atenção para o Turismo Regional, servindo como um incentivo institucional e fortalecimento da cultura da regionalização do turismo através de roteiros integrados disseminados pelo Brasil, fruto do empreendedorismo turístico com visão de territórios sustentáveis.

O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 04/10/2011, tendo como relator o nobre Deputado Hermas Brandão Júnior, e agora esta Comissão é chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.

No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa, uma vez




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo



que não há em nosso Calendário Oficial qualquer data com o mesmo objetivo. Além disso, acreditamos na importância do presente projeto, que incentiva o crescimento do turismo em nosso Estado.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2011.

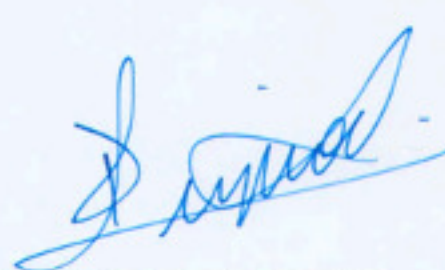


DEPUTADO ANIBELLI NETO
Presidente



DEPUTADO NEY LEPREVOST
Relator







COMISSÃO DE CULTURA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 538/2011

I – SÍNTESE FÁTICA

O Deputado Estadual Douglas Fabrício propôs o Projeto de Lei nº 538/2011, com o intuito de inserir, no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o dia do Turismo a ser comemorado, anualmente, no dia 06 de outubro.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Hermas Brandão Júnior, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal.

Ato contínuo, o projeto foi encaminhado para a Comissão de Turismo, recebendo parecer favorável do relator Deputado Ney Leprevost, sendo acompanhado pelos demais membros da referida comissão.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito do projeto, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

Pois bem, segundo estabelece o art. 33-R do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cabe à Comissão de Cultura a análise de proposições que versem sobre desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

Desse modo, a competência para análise deste projeto é indubitosa, uma vez que o projeto versa sobre a instituição de um dia comemorativo para de uma atividade (turismo) que tem ligação umbilical com a cultura, até porque, vale lembrar, grande parte do turismo de nosso Estado se refere às questões culturais do seu desenvolvimento histórico, basta lembrar da região litorânea, onde o turismo se liga diretamente à história; bem como da região dos campos gerais, onde a cultura dos tropeiros é inerente ao turismo daquele local.

A Lei Fundamental da República Federativa do Brasil – Constituição Federal de 1988 –, estabeleceu como integrante do patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial. Portanto, a atividade turística, sem espaço para dúvidas, deve ser considerada como patrimônio imaterial. Não bastasse isso, deve-se destacar que o desenvolvimento desta atividade tem estrita ligação com os bens materiais do Brasil, englobando o Estado do Paraná.

Além disso, a aprovação deste projeto por certo contribuirá com a valorização e com o aumento da atividade que auxiliará, inclusive, para a geração de inúmeros empregos, concretizando os mandamentos da Ordem Econômica na Constituição de 1988: *"assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da Justiça Social."*

Vale destacar, ainda, que tamanha é a importância da atividade turística para a economia do Estado do Paraná, que o Poder Constituinte Derivado Decorrente (Poder Constituinte Estadual) fez isso constar, expressamente, no texto da Constituição do Estado do Paraná: **Art. 144. O Estado e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.**¹

Não bastasse isso, a atividade turística trará inegável colaboração para o resgate da cultura de nosso Estado. Assim, considerando que é

¹ A Constituição Federal possui dispositivo semelhante: Art. 180. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

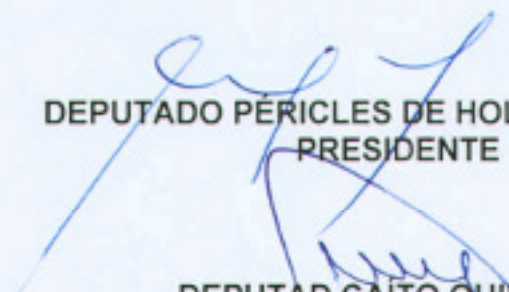
[Assinatura]


dever do Poder Público incentivar, além do turismo, a cultura², esta proposição se mostra ainda mais pertinente para a concretização dos valores previstos na Constituição Federal e Constituição Estadual.

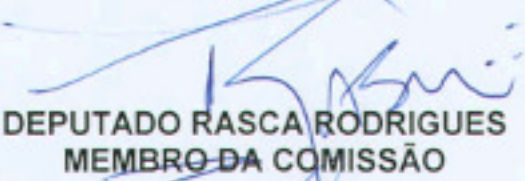
Nesse contexto, o Projeto objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação com congratulações, por auxiliar diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental, como é o dispositivo constitucional que determina ao Poder Público apoiar as questões culturais.

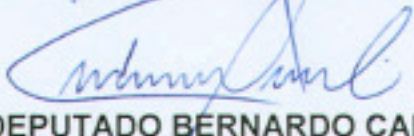
III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.


DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
PRESIDENTE


DEPUTADO CAÍTO QUINTANA
RELATOR


DEPUTADO RASCA RODRIGUES
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO DA COMISSÃO

² Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.



DEPUTADA MARLA TURECK
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO TERUO KATO
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO NELSON JUSTUS
MEMBRO DA COMISSÃO